

MARIELA CAMPOS ROCHA

**DETERMINANTES DO VOTO EM DILMA NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2010**

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Agosto de 2013

MARIELA CAMPOS ROCHA

**DETERMINANTES DO VOTO EM DILMA NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2010**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria Política

Orientador: Prof. Mário Fuks  
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Agosto de 2013

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Mário Fuks pela imensa paciência, os inúmeros conselhos, as longas conversas, as indicações de leitura, a incontestável dedicação e a confiança empenhados à minha formação e à elaboração deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Ciência Política, principalmente aqueles com os quais eu tive a honra de conviver diretamente como aluna e apreender com tanta experiência e conhecimento.

Ao professor Bruno Reis e ao professor Jorge Alexandre, por terem tão prontamente se disponibilizado a participar da banca da defesa deste trabalho.

Ao Alessandro Magno pela atenção, presteza e auxílio nas questões burocráticas inevitáveis nas relações entre aluno e universidade, além da amizade que apenas se iniciou nesse período.

Ao Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP da Universidade de Campinas – UNICAMP por ter, gentilmente, cedido os bancos de dados das pesquisas ESEB 2010, 2006 e 2002.

Aos amigos e colegas do DCP, principalmente, em ordem alfabética, às amigas Carina Ribeiro, Catherine Ornelas, Érica Anita, Mariana Dias, Shirley Alessandra, pelas longas e produtivas conversas, pelo carinho e amizade construída e pelo grande apoio que recebi de vocês.

À Tita, Sebastião de Quadros, pela leitura primorosa e visão crítica do trabalho.

À minha família e amigos queridos que também já são parte da família, pela confiança, apoio e compreensão em diversos momentos, principalmente à Paula, minha filha maravilhosa tão parceira e brilhante, que me ajudou muito, tanto com o seu amor e com seu silêncio muitas vezes, quanto com perguntinhas lindas e pertinentes depois de ler trechos do trabalho ou me acompanhar em alguma atividade acadêmica.

Ao Illyushin pelo amor e companheirismo durante todo o tempo. Pelo enorme incentivo, confiança e carinho, por toda ajuda, compreensão e paciência, pelas conversas e opiniões inteligentes.

Obrigada a todos que de alguma maneira fizeram parte da minha formação e da elaboração deste trabalho.

## **RESUMO**

O presente trabalho procura discutir e compreender os condicionantes do voto do eleitor brasileiro nas eleições presidenciais de 2010 à luz das teorias do comportamento eleitoral, realizando análises empíricas do voto na então candidata Dilma Rousseff por meio do banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB 2010. A partir dos modelos de regressão logística binária e das análises apresentadas no presente trabalho, conclui-se que a explicação para o voto em Dilma é complexa, perpassando pela aprovação do governo Lula, pelo apoio popular que o então presidente Lula desfruta e principalmente, pela significativa preferência pelo PT.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral, eleições presidenciais, decisão de voto.

## **ABSTRACTS**

This paper seeks to discuss and understand the limitations of the voter's choice during the 2010 Brazilian presidential elections, under the light of theories of electoral behavior, conducting empirical analysis of voting in the then candidate Dilma Rousseff through the ceded database of Brazilian Electoral Study - ESEB 2010. From the binary logistic regression models and analyzes presented in this study, it is concluded that the explanation for the vote for Dilma is complex, passing by the Lula government approval, the popular support that the then President Lula enjoyed and mainly by the significant public preference for PT.

Keywords: Voting behavior, presidential elections, voting decision.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>pag. 7</b>
<b>1. O COMPORTAMENTO ELEITORAL.....</b>	<b>pag. 11</b>
<b>1.1 Correntes de Estudo do Comportamento Eleitoral.....</b>	<b>pag. 11</b>
1.1.1 Corrente Sociológica ou Escola de Columbia.....	pag. 12
1.1.2 Escola Psicossociológica ou Escola de Michigan.....	pag. 13
1.1.3 Escolha Racional ou Escola de Rochester.....	pag. 15
<b>1.2 Comportamento eleitoral no Brasil.....</b>	<b>pag. 16</b>
<b>1.3 Voto no Brasil no século XXI.....</b>	<b>pag. 20</b>
1.3.1 Singer, Terron e Soares: foco nas alterações das bases eleitorais de Lula e do PT.....	pag. 21
1.3.2 Samuels, Baquero, Carreirão: foco na influência do personalismo e da identificação partidária no voto em Lula e Dilma.....	pag. 24
1.3.3 Figueiredo, Rennó e Castro: foco no voto retrospectivo em Lula e Dilma.....	pag. 28
<b>1.4 Conclusão.....</b>	<b>pag. 30</b>
<b>2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL.....</b>	<b>pag. 33</b>
<b>2.1 Eleições presidenciais de 2010.....</b>	<b>pag. 33</b>
<b>2.2 Perfil e opinião do eleitor de Dilma Rousseff.....</b>	<b>pag. 37</b>
<b>2.3 Comparação entre as eleições de 2002, 2006 e 2010.....</b>	<b>pag. 43</b>
<b>2.4 Conclusão.....</b>	<b>pag. 48</b>
<b>3. O VOTO EM DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>pag. 49</b>
<b>3.1 Metodologia.....</b>	<b>pag. 49</b>
3.1.1 Variáveis socioeconômicas.....	pag. 50
3.1.2 Variáveis geográficas.....	pag. 52
3.1.3 Variáveis políticas.....	pag. 53
3.1.4 Variável situacional.....	pag. 53
3.1.5 Adaptações ao banco de dados das pesquisas ESEB 2002 e 2006.....	pag. 54
<b>3.2 Os determinantes do voto.....</b>	<b>pag. 55</b>
<b>3.3 O voto com base na avaliação do governo anterior.....</b>	<b>pag. 58</b>
<b>3.4 O voto e o partidarismo.....</b>	<b>pag. 61</b>
<b>3.5 O voto e o Lulismo.....</b>	<b>pag. 63</b>
<b>3.6 O Lulismo e o Petismo.....</b>	<b>pag. 68</b>
<b>3.7 Conclusão.....</b>	<b>pag. 75</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>pag. 78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>pag. 80</b>
<b>APÊNDICE Tabelas.....</b>	<b>pag. 83</b>
<b>ANEXO Questionários ESEB 2002, 2006 e 2010.....</b>	<b>pag. 96</b>

## INTRODUÇÃO

A literatura especializada tem se preocupado em investigar e discutir as motivações que levam o eleitor à sua tomada de decisão de voto no ambiente das modernas democracias representativas. Pode-se situar a origem dessas investigações e pesquisas nos trabalhos de pensadores dos séculos passados, contudo, estabeleceu-se na publicação da obra “The People’s Choice” (Lazarsfeld et alii. 1944) o marco de nascimento da moderna disciplina do comportamento eleitoral, que no Brasil encontrou terreno e amparo, vindo a permitir o surgimento de obras de relevo escritas por cientistas sociais brasileiros.

Em especial, surgem na atualidade trabalhos que analisam as eleições presidenciais, o voto no Brasil e as características dos eleitores brasileiros neste início de século XXI, com as duas eleições de Lula e a eleição de sua sucessora, a candidata de situação Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência da república. Nesse sentido, dentre vários estudos de importância no Brasil e no exterior, tem se intensificado uma discussão de relevo entre os autores brasileiros SINGER, BAQUERO, RENNÓ e CARREIRÃO, que apresenta o maior interesse na consecução do presente trabalho.

Para Singer (2009) houve, em larga escala, um realinhamento político-ideológico de parte dos eleitores brasileiros depois do primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), realinhamento este que explica em boa parte o voto em Lula nas eleições de 2006, nas quais, para ele o

[...] subproletariado, que sempre se manteve distante de Lula, aderiu em bloco à sua candidatura depois do primeiro mandato, ao mesmo tempo em que a classe média se afastou dela. A explicação estaria em uma nova configuração ideológica, que mistura elementos de esquerda e de direita. O discurso e a prática, que unem manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado, encontram-se na raiz da formação do lulismo. (2009, p.83).

Ainda sobre o voto nas eleições de 2006, mas com diferente análise, Baquero (2007) defende a explicação do voto pelo personalismo centrado na pessoa de Lula, afirmando que

“Nas eleições de 2006 pode-se afirmar que foi o personalismo que saiu vitorioso, pois a despeito dos escândalos em que o governo foi envolvido, o presidente Lula conseguiu manter e até aumentar sua base de apoio popular, garantindo um segundo mandato” (2007, p.234).

Na mesma linha explicativa, em sua análise específica sobre as eleições de 2010, Baquero e Gonzalez (2011) defendem o personalismo como determinante do voto, como pode ser observado na sua afirmação de que, de “fato, pode se afirmar que a personalização

da política, ou seja, a proeminência da figura do candidato sobre o partido, lançando mão de estratégias de desqualificação do(s) oponente(s), prevaleceu” (BAQUERO e GONZÁLES, 2011, p.236).

Para Rennó e Cabello (2010) o voto em Lula, tanto nas eleições de 2002 quanto nas eleições de 2006, pode ser entendido como voto retrospectivo, uma vez que o lulista – entendido aqui como eleitor fiel a Lula – seria para esses autores um “eleitor pouco informado politicamente e desatento a campanhas eleitorais, que não apresenta afinidades partidárias de qualquer tipo ou intensas rejeições a partidos, e tampouco, identificações personalistas fortes” (RENNÓ e CABELLO, 2010. p. 40). Em outro trabalho, Peixoto e Rennó (2011) aprofundam a explicação do voto retrospectivo em Lula, ao afirmar que o voto em sua sucessora Dilma Rousseff foi também retrospectivo, baseado na percepção de mobilidade social e melhora da situação econômica. Eles afirmam que

O eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como uma sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram. Em suma, a sensação de mobilidade social vivida é fator chave para entendermos os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores (PEIXOTO e RENNO, 2011 p.306).

Carreirão (2007), em seu artigo “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”, conclui que os sentimentos partidários – preferência e rejeição a partidos políticos – importam e têm forte associação com o voto em 2002 e ainda mais forte em 2006.

No que se refere às identificações partidárias, porém, não foi corroborada a hipótese de que também teria havido em 2006 uma menor associação entre os “sentimentos partidários” dos eleitores e o voto, comparativamente ao que ocorreu em 2002. A associação encontrada entre “sentimentos partidários” e voto em 2006 foi tão grande ou maior do que a encontrada em 2002 (CARREIRÃO, 2007p.332).

Com a inclusão das eleições de 2010 nessas análises, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) mostram em seu estudo que os sentimentos partidários explicam atitudes políticas e são importantes condicionantes do voto nas eleições de 2002, 2006 e 2010, ao constatar que com a

“análise relativa aos impactos dos sentimentos partidários dos eleitores sobre seu voto, é possível afirmar que, nos modelos aqui testados, com ou sem a inclusão da variável “avaliação de governo”, essa foi uma medida com influência muito forte sobre a decisão de voto dos eleitores.” (2011 p.360).

Nota-se do exposto, que na literatura especializada convivem diversas e variadas linhas argumentativas que buscam explicar o comportamento do eleitor no Brasil, e também se observa que a discussão é aberta e se encontra em plena atividade, permitindo novas organizações e direcionamentos do debate, novas investigações e diferentes interpretações, sendo ainda prematuro apontar a formação ou estabelecimento de consensos de alguma importância. Dessa forma, o problema que se espera responder neste trabalho pode-se traduzir na pergunta seguinte: Quais são afinal os determinantes do voto em Dilma Rousseff nas eleições de 2010?

A hipótese que se levanta neste trabalho é a de que o voto em Dilma é explicado por uma combinação complexa entre a avaliação positiva do governo Lula, a preferência partidária pelo PT e o apoio de Lula – que termina seu segundo mandato com grande apoio popular – de forma tal que parece difícil separar o efeito desses elementos explicativos sobre o voto em Dilma Rousseff.

Para testar a hipótese lançada, o presente estudo orientar-se-á pela literatura internacional e também pelos estudos produzidos no Brasil acerca do tema, além de contar com investigações empíricas baseadas em banco de dados sobre a eleição de 2010.

A pesquisa empírica será elaborada a partir do banco de dados do ESEB – 2010 ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO, disponibilizado pelo CESOP - Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, survey que consiste em um estudo pós-eleitoral realizado em todo o território do Brasil nos anos de eleições presidenciais.

E com o fim de traçarem-se no presente trabalho algumas comparações com eleições anteriores, também serão utilizados no presente estudo os bancos de dados do ESEB dos anos de 2006 e 2002. O tratamento quantitativo do banco de dados fará uso de estatística descritiva – que ocorre quando se descrevem dados de uma amostra ou população; com o uso de probabilidade – que segundo Triola (2008) é a base sobre a qual são construídos os mais importantes métodos de inferência estatística, e também com o uso da estatística inferencial, testes de hipóteses, análise de correlação, e finalmente, a construção de um modelo explicativo com uso da análise de regressão logística binária.

Julga-se que compreender as eleições presidenciais de 2010 mostra-se relevante por se tratar de uma eleição que, apesar de apresentar novamente algumas características comuns a outras eleições no período pós-redemocratização no Brasil, apresenta também certas particularidades importantes que justificam o esforço em compreendê-la mais profundamente.

Como exemplo do que se pode identificar como característica comum a outros pleitos observa-se a manutenção da tendência de polarização entre dois dos principais partidos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, fenômeno que ocorre desde 1994.

Por outro lado, um exemplo das particularidades das eleições de 2010 em relação às outras eleições pós-redemocratização é o fato de que pela primeira vez, Lula, o maior nome do PT, não foi o candidato. Outro exemplo de peculiaridade – e neste caso muito relevante para história da democracia no Brasil – foi a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

No primeiro capítulo da dissertação serão apresentadas revisões teóricas das correntes inaugurais do comportamento eleitoral e os estudos acerca do tema na literatura brasileira.

O segundo capítulo contém a descrição da eleição de 2010, objeto do estudo, e análise descritiva dos dados, iniciando o estudo empírico proposto.

E, finalmente, no terceiro capítulo é realizada a análise estatística por meio de modelo de regressão logística binária.

## **1. O COMPORTAMENTO ELEITORAL**

O presente trabalho insere-se no contexto temático do comportamento político, mais especificamente na temática do comportamento eleitoral.

Portanto, neste capítulo aspira-se revisitar as matrizes teóricas do comportamento eleitoral, buscando apontar as principais contribuições desses marcos conceituais originais para o entendimento do comportamento do eleitor no Brasil pós-1989 e especialmente no novo cenário do Século XXI.

A partir do debate travado pela literatura brasileira contemporânea, mais especificamente, organizar-se-á a discussão sobre as influências das correntes do comportamento eleitoral encontradas na literatura política brasileira – dentro do escopo temático a ser trabalhado – com o fim de apresentar considerações que permitirão delinear a pesquisa empírica a ser desenvolvida nos próximos capítulos dessa dissertação.

### **1.1 Correntes de Estudo do Comportamento Eleitoral**

O estudo do comportamento do eleitor nas modernas democracias representativas tem suas matrizes teóricas em três correntes originadas nos Estados Unidos da América em meados do século XX.

A corrente sociológica ou escola de Columbia, que produziu um modelo explicativo a partir do pertencimento a grupos sociais, desenvolvendo uma abordagem macro para a explicação do comportamento eleitoral.

A corrente psicossociológica ou escola de Michigan, que abordou um modelo explicativo baseado na relação afetiva e psicológica entre os eleitores e os partidos políticos, ou seja, na identificação partidária; considerando elementos sociais e psicológicos dos eleitores para construir a sua explicação.

E a corrente da escolha racional ou escola de Rochester, que realizou uma analogia entre o comportamento do eleitor e o comportamento do consumidor – trazendo uma explicação economicista do voto, ou seja: a decisão do voto é feita a partir de um cálculo racional orientado pela utilidade da ação – desenvolvendo assim, uma abordagem micro da explicação do comportamento eleitoral.

Estes modelos são utilizados como marco teórico do presente trabalho, e têm servido de sustentação teórica a estudos sobre comportamento eleitoral e tomada de decisão de voto na literatura brasileira especializada. Observam-se controvérsias entre as três correntes do

comportamento eleitoral, mas observa-se também complementaridade entre elas, o que aponta para a compreensão de que existe uma complexidade no comportamento do eleitor, e esta complexidade será considerada, portanto, neste estudo.

### **1.1.1 Corrente Sociológica ou Escola de Columbia**

O modelo sociológico é inaugurado pela obra clássica *The People's Choice* (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944), que, por sua vez é o resultado da primeira pesquisa realizada a partir de uma abordagem teórica sistemática que investigou a população através da aplicação de questionários em uma eleição presidencial nos Estados Unidos da América. A saber, foram entrevistados 600 eleitores em Erie County, no estado de Ohio, por sete vezes sucessivas no decorrer dos sete meses da campanha eleitoral de 1940, eleição em que disputavam os candidatos Franklin Roosevelt e Wendell Willkie.

Inicialmente a pesquisa em questão tinha a hipótese de que o voto era decidido de forma individual, dependendo das características da personalidade do eleitor e da sua exposição à mídia eleitoral. Porém, o que os estudiosos encontraram como resultado foi que, ao contrário do que se esperava inicialmente como hipótese, a mídia exerceu efeito mínimo sobre a tomada de decisão do voto. E também foi concluído que o voto era decidido em grande medida por influência do grupo no qual o eleitor estava inserido.

Com a constatação do efeito mínimo da mídia, os autores não pretendiam minimizar a importância das campanhas eleitorais, mas sim demonstrar que o efeito da mídia era diferente sobre cada tipo de eleitor. Ocorriam, segundo eles, três efeitos possíveis: o efeito de reforço à predisposição inicial aos eleitores partidários, o efeito de ativação aos eleitores indiferentes, e o efeito de conversão na intenção de voto, este último acontecendo apenas no caso dos eleitores indecisos, que, por sua vez, eram a minoria dos eleitores.

Em geral, esses eleitores estão submetidos às chamadas pressões cruzadas - *cross pressures*, que, segundo os autores acontecem quando o indivíduo está inserido em diferentes grupos (família, igreja, trabalho, associações, clubes, etc.) cujas orientações políticas são divergentes entre si, ou seja, pode ser que no trabalho a orientação majoritária vá para um dos candidatos, enquanto que na igreja a orientação política seja contrária, produzindo dessa forma o efeito das pressões cruzadas no eleitor.

O que mais parece ter chamado a atenção dos pesquisadores foi justamente descobrir que a tomada de decisão dos eleitores independentes não acontecia após uma fria análise das propostas de cada candidato, nem sob influência das suas campanhas eleitorais, mas sim,

ocorria por meio das pressões que ele recebia por parte de membros dos grupos aos quais ele pertencia. É neste contexto que Lazarsfeld et al. (1944) identificam o “fluxo de comunicação em duas etapas” – *two step flow of communication*, processo este em que prepondera o papel do mediador, ou seja, do líder de opinião que faz a mediação entre a mídia e os eleitores não tão interessados em política.

A influência do grupo na decisão do voto se mostrou tão decisiva na concepção dos autores, que eles chegaram a afirmar que para definir a predisposição política do eleitor, bastava identificar a sua região de residência, religião e perfil sócio-econômico. A escola sociológica, ou escola de Columbia explica, assim, o comportamento eleitoral por meio das características sociais dos eleitores e consegue contemplar explicações acerca da direção política em longo prazo, compreendendo aspectos que configuram a estabilidade do voto.

### **1.1.2 Escola Psicossociológica ou Escola de Michigan:**

A partir de estudos sobre a eleição presidencial de 1956, os autores Campbell, Converse, Miller e Stokes elaboraram um relatório que originou a obra clássica *The American Voter* (1960), onde o modelo psicossociológico é inaugurado. Esse modelo se diferencia do modelo sociológico, trazendo como conceito central a identificação partidária como o principal determinante da escolha do voto.

O conceito de identificação partidária na Escola de Michigan trata-se de uma relação afetiva que o eleitor cria e mantém com o partido político de sua preferência ao longo da vida. Essa relação é estabelecida no processo de socialização, por influência dos grupos em que o indivíduo está inserido, quais sejam: grupo familiar, colegas de trabalho, amigos e outros.

A identificação com o partido político não necessariamente é formalizada por todos os eleitores. Além disso, os autores perceberam vários níveis ou graus de envolvimento, desde aqueles eleitores que eram apenas simpatizantes do partido até aqueles que eram militantes ativos.

A identificação partidária mostrou-se um bom indicador para a predição eleitoral no longo prazo, porém essa variável sozinha não coincidia exatamente com a direção do voto em uma eleição específica, porque, segundo os autores, no curto prazo, havia que se considerar características conjunturais específicas do contexto daquele pleito.

Segundo os autores, essa identificação partidária funcionava como um “filtro perceptivo”, ou seja, os autores perceberam que os eleitores desenvolviam a capacidade de

entender as convicções e posições do partido como se fossem as suas próprias convicções e posições políticas, e não o contrário.

A corrente psicossociológica desenvolveu a teoria do chamado “funil de causalidade”, que é uma metáfora sobre os fatores de tomada de decisão do voto. Na abertura do funil entrariam os elementos sociológicos, em seguida a identificação partidária, logo depois disso as avaliações do contexto circunstancial daquele pleito, e por fim, ocorreriam a decisão e o empenho do voto.

Dessa maneira, Campbell et al. (1960) demonstraram que para haver mudanças na identificação partidária seria necessário haver mudanças nos fatores de longo prazo, enquanto que os fatores de curto prazo poderiam gerar apenas mudanças na direção do voto, sem haver alterações na identificação partidária.

Estes fatores influenciam o voto quando, por exemplo, o candidato do partido com o qual o eleitor simpatiza apresenta um discurso com propostas muito distantes daquilo em que o eleitor acredita, distante dos seus valores ou interesses a ponto deste eleitor não utilizar o “filtro perceptivo” e mudar a sua atitude, se abstendo de votar ou mesmo votando em um candidato de outro partido.

O modelo psicossocial, no entanto conseguiu resolver uma questão que se mostrava como limitação no modelo sociológico, qual seja, a explicação para as mudanças na direção do voto em curto prazo. Porém, as críticas para com este modelo iniciam-se já na década de 60 com o argumento de que haveria um declínio gradativo na identificação partidária no cenário norte-americano, e por conseguinte, da lealdade partidária.

Segundo Watterberg (1996), o fenômeno da diminuição da importância dos partidos políticos norte-americanos junto aos eleitores foi, mais provavelmente, resultado de um declínio na grande preponderância dos partidos políticos como objetos “atitudinais” nos Estados Unidos.

Mas as críticas mais contundentes ao modelo de Michigan partiram da corrente teórica da Escolha Racional, que questiona o peso da lealdade partidária no resultado eleitoral e defende que o voto é explicado pelas questões conjunturais de cunho econômico e racional e não por variáveis psicossociais baseadas na afetividade.

### **1.1.3 Escolha Racional ou Escola de Rochester**

A teoria da escolha racional (*rational choice theory*), no que se refere ao seu uso na construção da explicação do voto, foi inaugurada por Anthony Downs (1957) com a obra

“*An Economic Theory of Democracy*”, e apresenta uma explicação econômica do comportamento eleitoral, fazendo uma analogia com o comportamento do consumidor.

A teoria da escolha racional parte do pressuposto de que os atores políticos tomam suas decisões de forma racional fazendo um cálculo com base nos seus interesses, procurando diminuir os custos e maximizar os ganhos da ação. Ou seja, a ação dos eleitores é efetuada no sentido de maximizar a utilidade do seu voto, a ação dos partidos políticos é realizada no sentido de maximizar a obtenção de votos – o resultado eleitoral favorável –, e a ação do governo é feita no sentido de maximizar o apoio político para sua manutenção no poder.

A premissa da consistência e a premissa da incerteza são muito importantes para se compreender a teoria da escolha racional. A primeira premissa considera a consistência no comportamento dos partidos e dos eleitores, ou seja, parte do princípio de que tanto os eleitores quanto os partidos são responsáveis e confiáveis e que eles farão cálculos sobre a utilidade das suas ações de forma acertada. Isto quer dizer que o eleitor avalia se os resultados concretos que o partido de situação alcançou em seu mandato à frente do governo atenderam às suas expectativas.

Downs afirma que “quando o partido já está no governo, suas ações presentes fornecem um guia melhor para aquilo que fará do que suas declarações presentes” (DOWNS, 1999, p.127). O eleitor avalia, ainda, quais seriam as suas expectativas de ganho com a vitória do partido de oposição, fazendo então o cálculo para decidir o seu voto de maneira consistente. Já o partido político é consistente nesse modelo econômico quando ele apresenta um discurso em campanha eleitoral que seja compatível com as suas ações em mandatos passados.

O outro elemento do modelo é o grau de incerteza, que deve ocorrer em nível suficiente para que haja a diferenciação das alternativas em escolha. A incerteza pode existir em duas situações:

- (1) a incerteza frente às diferentes posturas políticas adotadas pelos partidos os quais revelam a sua direção em determinadas ações concretas e formas de tomar decisões enquanto governo.
- (2) a incerteza quanto ao resultado eleitoral, ou seja, quando dois ou mais candidatos concorrentes apresentam chances reais de vitória disputando “voto por voto”, o que aumenta a adesão do eleitor, o interesse em votar, porque aumenta também a percepção de que seu voto terá importância decisiva no resultado eleitoral.

Uma das principais limitações desta corrente teórica está na dificuldade em explicar o ato individual dos sujeitos em ações coletivas, porque segundo os próprios autores da escolha racional os cálculos individuais mais racionais resultam na decisão de não participação em ações coletivas – conforme cálculos de ação coletiva desenvolvidos pela teoria dos jogos.

Outra grande limitação que o modelo apresenta advém das suas próprias premissas, que são difíceis de serem contempladas, principalmente no que tange à consistência no comportamento dos eleitores e dos partidos, afinal para haver consistência seria necessário um investimento alto dos atores políticos, o que por si só contradiz o conceito de racionalidade.

As três correntes teóricas contribuíram muito para o avanço na compreensão do comportamento eleitoral. Contudo, há algumas controvérsias que desafiam a compreensão da decisão de voto. A mais relevante delas seria a concorrência entre a ênfase nos fatores do tipo macro que a escola sociológica propõe e a ênfase nos fatores do tipo micro, propostos pela corrente da escolha racional.

Sem a pretensão de esgotar o assunto e nem de resolver as controvérsias existentes no campo teórico, o presente estudo ressalta a complementaridade existente entre as correntes teóricas.

## **1.2 Comportamento eleitoral no Brasil**

As investigações sobre o comportamento eleitoral brasileiro trabalham com conceitos importantes trazidos das teorias internacionais, porém há que se destacar as pesquisas nacionais sobre o assunto e suas contribuições para o entendimento das eleições e dos eleitores no Brasil, principalmente porque há características muito particulares no cenário político brasileiro que precisam ser consideradas em estudos nacionais.

No Brasil, Aziz Simão inaugura os estudos sobre o comportamento do eleitor brasileiro já na década de 1950, através de sua obra “O voto operário em São Paulo” (1955). No seu trabalho o autor se preocupou em entender as características do eleitor brasileiro como, por exemplo, o autor identificou que o eleitor valorizava mais o voto para cargos executivos e havia menor preocupação com a escolha de políticos para cargos do poder legislativo. Ele se preocupou também com o comparecimento nas urnas, em uma época em que era comum haver grande abstenção eleitoral.

Trabalhos posteriores estudaram os processos de urbanização e industrialização (que o país vivia desde a década de 1930) e sua influência no relacionamento dos cidadãos com a política. Partindo desta direção, Fábio Wanderley Reis foi um dos autores que influenciou substantivamente o desenvolvimento dos estudos do comportamento eleitoral no Brasil. O autor debateu em sua obra “Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro” (1978) a participação política, a participação eleitoral e a direção do voto dos brasileiros entre os dois partidos políticos da época, Arena e MDB. Partindo da combinação entre o modelo da centralidade e o modelo da consciência de classe, Reis tenta esclarecer a suposição feita pela literatura de então, acerca da inconsistência e do amorfismo dos brasileiros.

O paralelismo de tais modelos [quais sejam: o modelo da centralidade e o modelo da consciência de classe] com os dois padrões destacados de explicação para o suposto amorfismo do eleitorado brasileiro parece bastante claro. Pondo de lado o modelo da consciência de classe, onde tal paralelismo é óbvio, é um enfoque afim ao do modelo da centralidade que encontramos no recurso à educação como fator decisivo, pois esse enfoque supõe o indivíduo que se integra objetiva e subjetivamente ao sistema e que prescinde da mediação representada pela identificação com categorias como as classes sociais, a qual pode ser fator tanto de integração ao sistema quanto de hostilidade a ele. Seja como for, o ponto interessante reside na proposição que nos parece possível sustentar, a saber, a de que a lógica do processo político-eleitoral brasileiro melhor se desvenda em certa forma de se combinarem os dois modelos, e que uma parte da impressão da inconsistência ou amorfismo desse processo provém do que cada enfoque tem de unilateral. (REIS, 1978, p. 297)

Em sua pesquisa sobre a questão da centralidade no comportamento do eleitor o autor percebe duas dimensões de centralidade: a primeira seria a dimensão horizontal onde há oposição entre o mundo rural ou semirural e o mundo urbano, e a outra é a dimensão vertical que seria aquela em que há oposição entre as diferentes posições socioeconômicas do eleitor.

Com efeito, se decompomos a noção de centralidade, vemos que ela envolve duas dimensões objetivas fundamentais: a dimensão “horizontal”, correspondente à oposição entre o mundo rural ou semirural e o mundo dos grandes centros urbanos, e a dimensão “vertical”, que corresponde à posição sócio-econômica dos indivíduos. A esses dois aspectos se superpõe a dimensão subjetiva do conceito,

que diz respeito a abertura e empreende a crítica dos estudos de participação política que recorrem exclusivamente ao modelo da centralidade e propõe uma tipologia mais complexa de formas de participação, a qual tem em conta o modelo de consciência de classe como modelo alternativo ao envolvimento psicológicos e ao correspondente controle de certo volume de informações. (REIS, 1978, p.298)

O mesmo autor, em sua obra “Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira” (2000), desenvolve um trabalho no qual aborda a existência de uma divisão no sistema de crenças da população em que de um lado estariam os partidos do “povo” e de outro, os partidos do “governo”, ou os partidos dos “pobres” versus os dos “ricos”. Reis (2000) ainda avança ao realizar uma analogia entre o comportamento do eleitor e o comportamento do torcedor de futebol, traçando o conceito que ele chamou de “síndrome do Flamengo”.

[...] no eleitorado popular, em cuja percepção não se integram senão precariamente os diversos aspectos ou dimensões do universo sociopolítico, a opção eleitoral oposicionista parece ligar-se antes ao contraste vagamente apreendido entre o popular e o elitista ('pobres' versus 'ricos', 'povo' versus 'governo'), no qual se traduz uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza. Por outras palavras: votar na oposição é, para o eleitor em questão, um pouco como 'torcer' por um clube popular de futebol – o Flamengo, digamos, para tomar talvez o mais popular deles. Mas o simplismo mesmo das percepções e imagens em que se baseia essa propensão é um fator a emprestar consistência e estabilidade aos padrões de votação popular. (REIS, 2000, p. 78)

Castro (1994) buscou explicar a decisão do voto do brasileiro considerando a questão da influência do grau de sofisticação política dos eleitores, argumentando que os eleitores não sofisticados tenderiam a “[...] atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a *issues* diversos e possui baixo grau de consistência ideológica” (1994, p. 180).

Meneguello e Bizarro Neto (2011) fazem uma análise enfatizando fatores de nível macro do comportamento eleitoral e a dinâmica de voto por uma abordagem sociológica, geográfica e estrutural. Os autores afirmam que:

“o comportamento político e o voto respondem a uma dinâmica ampla e combinada de fatores objetivos e subjetivos, e variam entre indivíduos inseridos

em diferentes processos de socialização; mas sabemos igualmente que fatores geográficos e estruturais estabelecem cenários que favorecem a constituição de orientações políticas específicas, e associam-se, em alguma medida, a formas locais de organização política”. (2011, p.2).

Figueiredo (2003), em um estudo realizado a partir de dados das eleições de 1989 até 2002, utiliza as diretrizes da escolha racional para explicar o voto no Brasil. Ele desenvolveu um modelo convincente que considera o estado da opinião pública como principal preditor eleitoral. Para o autor o estado da opinião pública é reconhecido através dos índices de avaliação do governo em fim de mandato.

David Samuels (1997) considera o sistema político brasileiro como um relevante fator de estímulo ao comportamento personalista por parte dos eleitores e também por parte dos próprios candidatos. O autor afirma que as regras partidárias, políticas e eleitorais acabam por criar condições de incentivo à perpetuação do individualismo e a solidificação do "*fisiologismo*" da política brasileira, e assim terminam por desestimular nos partidos e nas candidaturas a adoção de estratégias coletivas e programáticas, impedindo a emergência de partidos coesos, e finalmente estimulando desta forma o personalismo.

Apesar disso, Samuels reconhece a importância do Partido dos Trabalhadores, – identificando-o como uma exceção no cenário político brasileiro – como pode ser observado em trabalhos como, por exemplo, “As bases do Petismo” (2004) e “A evolução do Petismo” (2008) que afirmam que o PT teve uma trajetória ímpar desde a sua criação, resultando em uma nova diretriz fundada na legenda partidária fadada ao sucesso.

No mesmo sentido, Meneguello (1994) identifica tendência personalista nos pleitos eleitorais brasileiros quando observa que

“[...] com um baixo grau de confiança nos partidos e com pequena importância conferida ao seu papel na dinâmica política, os critérios construídos no universo do eleitor com respeito à representação são liderados pela figura do candidato, indicando que o personalismo político mantém-se predominante no seu conjunto de parâmetros para a escolha política” (1994, p.157).

Por sua vez, Yan Carreirão (2002) pondera – fazendo uso de alguns pressupostos da Escolha Racional ao analisar o que leva o eleitor brasileiro a votar no candidato e não no partido, e como o eleitor opta por um determinado candidato dentre vários – que não é necessariamente irracional por parte do eleitor usar elementos como a qualificação pessoal a fim de avaliar um candidato, e que se os eleitores já sabem de antemão que o candidato é incompetente ou desonesto, não é racional que os mesmos procurem se informar sobre as propostas desse candidato.

Castro (1992) discute e confronta as principais explicações propostas para o comportamento eleitoral e realiza a sua proposição no sentido de “afirmar a necessidade de uma integração teórica complexa, articulando de alguma forma os diversos fatores que influenciam o fenômeno do comportamento eleitoral” (1992, p.2), sob a luz da racionalidade.

Essa autora afirma existirem fatores do tipo macro e do tipo micro que influenciam a formação da decisão do voto do eleitor, o que constitui um impasse resolvido em partes pela corrente psicossociológica, que identifica os diferentes fatores que explicam as mudanças na direção do voto em curto prazo e em longo prazo, relacionando-os respectivamente com fatores do tipo micro e do tipo macro. Mas esta corrente não contempla o papel da racionalidade no voto.

Percebe-se que há volume considerável de pesquisas e proposições efetuadas no Brasil nas últimas décadas sobre o comportamento do eleitor, destacando-se existirem proposições relacionadas às três grandes escolas descritas anteriormente.

Ver-se-á, a seguir, teorias que tentam explicar especificamente o voto nas três eleições presidenciais do século XXI, a saber, 2002, 2006 e 2010; eleições nas quais se destaca a vitória do Partido dos Trabalhadores, primeiramente com Lula – seu maior nome – por duas vezes, e na mais recente delas, com sua sucessora e ex-ministra Dilma Rousseff.

### **1.3 Voto no Brasil no século XXI**

O século XXI inaugura um período de especial interesse para a democracia brasileira, já que na primeira eleição presidencial deste período, ocorrida em 2002, foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, um candidato oriundo das camadas populares, filiado e fundador de um partido de esquerda com grande penetração nos movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores, que havia se candidatado – e sido derrotado – por três vezes consecutivas nas eleições anteriores.

Mais que isso, o então candidato Lula foi reeleito em 2006, mesmo após grave crise política<sup>1</sup> ocorrida em 2005, e em 2010 foi eleita a sua sucessora Dilma Rousseff, feito digno de nota já que esta foi a primeira vez no período pós-redemocratização que um mesmo

---

<sup>1</sup> Acerca da crise política vivenciada no ano de 2005 no escopo da CPMI que investigava corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Rennó e Cabello afirmam: “Os anos anteriores à eleição de 2006 presenciaram diversos escândalos que atingiram a alta cúpula do governo Lula. A oposição, obviamente, deu destaque a essa questão em sua propaganda eleitoral. Rennó (2006, 2007) e Carvalho (2006) especulam que apenas houve segundo turno por conta dos escândalos de corrupção. Do contrário, Lula teria ganhado no primeiro turno e com boa margem de votos” (2010, p.41).

partido venceu três eleições seguidas para a presidência da república. Não é de espantar, então, que haja grande interesse nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, o que propicia um debate profícuo e relevante nos meios especializados, fora e dentro da Academia, propiciando o surgimento de trabalhos que analisam as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010.

Nesse conjunto de trabalhos, verifica-se haver tanto estudos sobre o voto em Lula, quanto aqueles que se concentram sobre o voto em Dilma Rousseff. São também muito estudados, o papel de Lula nesse processo e o fenômeno do chamado “Lulismo”, além de haver estudos que se focam na influência do voto dos “petistas” em Lula nas eleições de 2002 e 2006, e em Dilma na eleição de 2010.

Há uma extensa produção científica tratando desses temas, sendo que se destacam aqui os trabalhos de autores como André Singer, David Samuels, Marcello Baquero, Lúcio Rennó e Yan de Souza Carreirão. Essa produção científica contém um debate em que se confrontam justificativas tanto ideológicas ou econômicas, quanto históricas ou psicológicas, para o voto em Lula e em Dilma, podendo perceber-se maior ou menor atribuição da importância do papel de Lula e do Partido dos Trabalhadores no cenário político eleitoral atual.

### **1.3.1 Singer, Terron e Soares: foco nas alterações das bases eleitorais de Lula e do PT.**

Os autores André Singer, Sônia Terron e Gláucio Soares dão atenção às alterações geográficas e de classe social na explicação do voto em Lula e Dilma, apesar de divergirem em alguns pontos.

Em seu trabalho de 2002, André Singer ocupou-se da explicação do voto por meio das suas condicionantes estruturais e considerou a ideologia como variável importante nessa explicação. Ele afirma que

[...] no caso das eleições, nota-se que algumas características de longo prazo, como a renda, a escolaridade, a identificação partidária e a identificação ideológica, influem no comportamento do eleitor. Elas, por sua vez, combinam-se com circunstâncias de curto prazo: a agenda de cada eleição, o desempenho econômico de cada governo que está encerrando o mandato, as características individuais dos candidatos naquele pleito e a eficiência de cada campanha. (2002, p.16).

Em seu trabalho publicado em 2009, o mesmo André Singer apresenta um modelo explicativo que qualifica os chamados “lulistas” como representantes de um novo realinhamento político-ideológico baseado em classe social e em ideologia.

Especificamente com respeito à eleição de 2006, o autor aborda o contexto de classe quando enxerga uma mudança no comportamento do “subproletariado”, que segundo ele sempre havia se mantido distante de Lula, mas que depois do seu primeiro mandato como presidente, adere “em bloco” à sua candidatura. A classe média, por outro lado, se afasta da candidatura de Lula. A explicação para essas duas tendências está no cenário trazido por essa candidatura que, segundo Singer, reside numa nova configuração ideológica, composta de elementos de esquerda e direita.

Segundo o autor, o fenômeno do “lulismo” teria em sua raiz o discurso e a prática, unindo por um lado a manutenção da estabilidade, e por outro, a ação distributiva do Estado. Nas palavras de Singer o

“subproletariado, que sempre se manteve distante de Lula, aderiu em bloco à sua candidatura depois do primeiro mandato, ao mesmo tempo em que a classe média se afastou dela. A explicação estaria em uma nova configuração ideológica, que mistura elementos de esquerda e de direita. O discurso e a prática, que unem manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado, encontram-se na raiz da formação do lulismo”. (2009, p.83).

No mesmo sentido, Singer vislumbra nesta capacidade do governo em unir ação distributiva com a manutenção da estabilidade, e desta forma conquistar uma classe social antes avessa a ele, a “descoberta” de uma nova “via de acesso” ao subproletariado pelo primeiro mandato de Lula, conformando-se a ele mais do que conformando-o a si, além de constituí-lo numa nova força:

[...] o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político. Isso implicou um realinhamento do eleitorado e a emergência de uma força nova, o lulismo, tornando necessário um reposicionamento dos demais segmentos. (2009, p.99).

Por outro lado, os pesquisadores Sônia Terron e Gláucio Soares, com base em tratamento estatístico espacial dos dados eleitorais, apresentam outra leitura, pela qual houve um distanciamento entre as bases de Lula e as bases do PT.

Confirmar esta independência significa dizer que Lula não apenas passou a ser maior que o PT, mas que o lulismo se instalou como um fenômeno desvinculado do petismo, e que Lula deixou de ser a grande exceção do personalismo nas eleições presidenciais brasileiras (CARREIRÃO, 2002), depois de uma história incomum de formação partidária (MENEGUELLO, 1989). (2010, p.311)

Como pode ser observado, Terron e Soares atribuem mais força ao lulismo do que Rennó e outros autores, mas defendem um descolamento entre eleitores de Lula com os eleitores partidários do PT, diferentemente do que propõe a teoria do realinhamento de Singer<sup>2</sup>.

Em resumo, a hipótese do realinhamento supõe que as eleições brasileiras de 2002-2006 teriam dado início a ciclo político longo, como aconteceu nos EUA com as vitórias de Franklin D. Roosevelt em 1932 e 1936. Na primeira ocasião (1932, 2002), em uma típica eleição de alternância, forma-se uma nova maioria. Na segunda (1936, 2006), em um pleito de continuidade, a coalizão majoritária se mantém, mas com trocas de posição social no seu interior. Em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Roosevelt/Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres tomam o seu lugar. Durante a vigência do realinhamento, pode haver troca de partidos no poder, como sucedeu em 1952 e 1956 com a vitória republicana nos Estados Unidos, seguida da volta do Partido Democrata à Presidência em 1960 e 1964, sem solução de continuidade em relação aos grandes objetivos nacionais, até que sobrevenha novo pleito crítico, capaz de mudar a fase.” (SINGER, 2010, p.37)

Terron e Soares chegam à sua teoria do distanciamento entre os “lulistas” e os “petistas” considerando a macrorregião do eleitor e alguns relevantes indicadores sociais<sup>3</sup> através de elaborada análise geoespacial dos territórios eleitorais e regressões espaciais das votações ao longo do tempo.

Para isto, os autores elaboraram dois modelos de regressão para cada série de eleições, na presença de indicadores geossociais dos municípios. No primeiro modelo, avaliou-se a relação entre as votações de Lula (variável dependente) e as votações dos deputados federais (variável independente) para retratar o partidarismo. No segundo modelo, a análise se inverte, sendo avaliadas as votações dos deputados federais (variável dependente) para retratar o partidarismo, e as votações de Lula (variável independente). A votação dos deputados federais é usada por estes autores como indicativo da preferência partidária do eleitorado.

Por isso, apesar da elegância do modelo, é preciso ressaltar que a literatura considera problemático o estudo da preferência partidária exclusivamente por meio da análise do resultado de eleições proporcionais (eleições congressuais) brasileiras, como fizeram Terron e Soares (2010).

---

<sup>2</sup> Ver: SINGER, A. V. . Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. Revista de Economia da PUCSP, v. 4, p. 37-66, 2010.

<sup>3</sup>Os indicadores sociais utilizados por Terron e Soares (2010) são: Renda:rendimento médio mensal per capita no município, em reais; Analfabetismo: percentual da população municipal com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever; Urbanização: percentual população municipal residente na área urbana legal; Índice de Gini: indicador de desigualdade social.

Sobre o aspecto acima descrito, ou seja, a dificuldade de medir preferência partidária no Brasil pelo resultado de eleições congressuais, Zachary Elkins (2000) afirma que, por consequência do sistema eleitoral e da estrutura partidária brasileira, os resultados eleitorais conseguiriam mapear melhor a preferência do eleitor pela pessoa do candidato a parlamentar, do que pela preferência pelo partido, afirmando que:

“(…) algumas das fragilidades da estrutura partidária não nos permitem esboçar conclusões de longo alcance sobre esse indicador. Primeiro, o sistema eleitoral é altamente personalista e os eleitores identificam-se mais com candidatos do que com partidos. Segundo, exceto para a esquerda, os partidos não são altamente ideológicos. Os candidatos transferem suas lealdades para partidos contrários sem sacrificar muito de sua agenda política. Terceiro, partidos são notavelmente indisciplinados. Conseqüentemente, votar em um membro de um partido não necessariamente significa um voto nas políticas defendidas pelo partido” (ELKINS, 2000, p.: 126 ).

Um caminho alternativo tem sido identificar a influência da preferência partidária no comportamento eleitoral a partir da autodeclaração, como é proposto pela escola psicossociológica, e seguido pelo presente trabalho.

### **1.3.2 Samuels, Baquero, Carreirão: foco na influência do personalismo e da identificação partidária no voto em Lula e Dilma.**

Estão inseridos neste debate acerca das eleições no século XXI, importantes autores que discutem o voto com base no personalismo e/ou na identificação partidária, como, por exemplo, David Samuels, Marcello Baquero e Yan Carreirão.

O brasilianista norte-americano David Samuels, apresenta em um trabalho bastante conhecido, “As bases do Petismo” (2004), uma nova concepção sobre o fenômeno do petismo. Nele, de certa forma, inova ao afirmar que o próprio petismo, como fenômeno político e eleitoral, seria em boa razão apoiado na simpatia pela pessoa de Lula, ou seja, no personalismo, apesar de deixar muito claro em sua argumentação que este personalismo em Lula é significativamente menor entre os petistas do que o personalismo em outros líderes dentro de seus partidos no Brasil.

Os cenários revelam que a opinião sobre Lula tem muito mais influência sobre o petismo de um brasileiro do que sua identificação como esquerdista ou não. O personalismo tem um impacto maior do que a ideologia em termos das bases do petismo. Não obstante, este resultado precisa ser colocado em perspectiva relativa aos outros partidos brasileiros. Observe-se que podemos predizer se alguém é petista quase 80% das vezes, mesmo sem a resposta do entrevistado sobre Lula ou

seu posicionamento ideológico! Em outro trabalho, mostramos que não é possível prever o partidarismo para nenhum dos outros grandes partidos do país com tanta precisão quanto é possível para o PT e que o personalismo desempenha um papel muito mais importante em relação aos outros partidos do que ao PT. Desse modo, embora o personalismo desempenhe realmente um papel importante na formação do petismo, este papel é muito mais limitado do que para os outros partidos. (SAMUELS, 2004, pp.236 e 237).

Para além de perceber maiores indícios de personalismo na cultura política brasileira e perceber a relação entre a manutenção do personalismo e a formação dos partidos políticos no Brasil, com o formato do sistema político brasileiro, o autor aprofunda-se acerca das particularidades do Partido dos Trabalhadores neste cenário, afirmando que desde a sua formação o PT se distingue como sendo o partido político que conquistou a maior preferência partidária ao longo do tempo.

Ainda sobre a situação da preferência partidária em 2003, Samuels (2004) resume que: “cerca de dois terços dos brasileiros não expressam preferência partidária, cerca de um em cada quatro brasileiros expressa preferência partidária pelo PT e um em cada dez expressa preferência por um dos outros partidos” (2004, p.226).

O próprio David Samuels, ao estudar as bases geográficas de apoio do PT e do candidato Lula no período de 1989 a 2006, verifica que a evolução geográfica do petismo após o início do primeiro governo Lula (2002) mostra um declínio na região de origem do PT, São Paulo, e um expressivo crescimento em estados do nordeste.

Segundo ele, em 1989 o PT podia ser considerado um partido praticamente paulista, o que foi se modificando graças ao maior peso que outras áreas geográficas foram ganhando dentro do Partido, especialmente a partir de 2002. Samuels afirma que

“[...] em 1989, o PT era ainda amplamente um partido paulista e, embora o grupo paulista ainda detenha um enorme poder dentro do partido [...] novas áreas geográficas têm ganho peso dentro do partido. Em 2007, apenas 20% de todos os petistas estavam em São Paulo e cerca de 50% vinham da região sudeste [...]” (2008, p. 312)

Desta forma, o trabalho de Samuels vai ao encontro dos argumentos de Terron e Soares, no sentido em que confirma a “migração” do petismo para outras regiões do Brasil. Marcello Baquero defende categoricamente que o personalismo centrado na pessoa de Lula foi o que definiu a eleição de 2006, dizendo que

“Nas eleições de 2006 pode-se afirmar que foi o personalismo que saiu vitorioso, pois, a despeito dos escândalos em que o governo foi envolvido, o presidente Lula

conseguiu manter e até aumentar sua base de apoio popular, garantindo um segundo mandato”. (2007, p.234)

Dessa forma, Baquero atribui ao lulismo o papel principal na explicação para o voto nas eleições presidenciais de 2006, com a diferença de que o seu estudo aponta para um caminho distinto do caminho indicado por Samuels (2008), e dos achados de Rennó (2010), na medida em que Baquero identifica que “houve uma clara separação por parte dos eleitores entre o governo do presidente Lula e a figura da pessoa do presidente” (2007, p. 236), enquanto Samuels e Rennó identificam uma forte associação entre essas duas variáveis.

Baquero defende que “a personalização da política, ou seja, a proeminência da figura do candidato sobre o partido, lançando mão de estratégias de desqualificação do(s) oponente(s)” (BAQUERO, 2007, p.236), prevaleceu naquele pleito. E ainda, ao se apropriar das palavras de Gustavo Venturi (2007), atribui um elevado demérito ao eleitor brasileiro e sua tomada de decisão de voto nessas eleições, quando afirma que

“[...] dois conjuntos de fatores explicariam a reeleição de Lula em 2006: 1. O populismo assistencialista que caracterizaria a natureza dos programas sociais do governo federal (Bolsa Família e outras políticas compensatórias) e 2. Algum déficit dos eleitores que optaram por Lula: alienados (déficit político), desinformados (déficit cognitivo), anestesiados (déficit motivacional), cínicos ou coniventes com a corrupção (déficit moral). Na mesma direção, consideramos que esses aspectos foram decisivos, principalmente a partir de 2005, momento em que a sucessão de escândalos envolvendo políticos muito próximos ao presidente Lula sinalizou, de forma contundente, que tanto a reeleição do presidente quanto a manutenção da maioria do PT no Congresso estavam comprometidas”. (BAQUERO, 2007, p.234)

Em que pese o aparente viés ideológico contido na citação acima, Baquero deixa clara a sua posição acerca da relevância do personalismo sobre a decisão do voto, no sentido de desqualificar o eleitor ao tomar essa decisão.

Em trabalho mais recente, Baquero e Gonzalez (2011) continuam identificando o personalismo como a principal explicação para o voto, e defendem a existência de um padrão de voto nas últimas eleições, afirmando que “na última década e meia, incluindo o período examinado neste trabalho (2002-2010), os resultados das eleições para presidente revelam um padrão relativamente estável do ponto de vista de preferências eleitorais.” (2011, p.378).

Apesar disso, os autores demonstram em sua pesquisa a existência da preferência partidária entre os eleitores brasileiros, e apontam para uma contradição com a sua própria

expectativa, que seria uma queda de apoio popular ao PT, como pode ser visto na seguinte afirmação:

Há três partidos cujos percentuais se destacam na resposta do qual partido gosta: PT, PSDB e PMDB. Os dois primeiros responsáveis pelo principal enfrentamento nas eleições presidenciais. O terceiro ainda aparecendo como maior partido do país, embora sem o mesmo prestígio na apresentação de candidaturas à presidência. No entanto os dados contradizem a expectativa de perda de suporte dos partidos de situação envolvidos nos escândalos políticos do final do primeiro mandato do Presidente Lula. (BAQUERO e GONZALEZ, 2011, p.389).

Carreirão e Kinzo (2004), em seu estudo “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”, trabalham o significado e mensuram o impacto da preferência ou rejeição aos partidos políticos brasileiros sobre a decisão e a manifestação de voto, e defendem a relevância da inclusão destas variáveis nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil.

“Mesmo levando em conta o pouco tempo de existência do sistema partidário que emergiu pós-democratização, a construção de identidades partidárias é um subproduto importante da dinâmica do jogo partidário-eleitoral. Desse modo, o conhecimento das percepções e atitudes dos eleitores em relação aos partidos – detectadas por meio de surveys eleitorais –, bem como o seu efeito sobre a decisão eleitoral, é fundamental para se compreender o modo como se tem estruturado o sistema partidário-eleitoral brasileiro.” (CARREIRÃO e KINZO, 2004, p.132)

No mesmo sentido, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) aprofundam-se sobre a “evolução dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros entre 2002 e 2010 e suas relações com variáveis atitudinais<sup>4</sup> e de comportamento dos eleitores.” (2011, p. 333). Nesse estudo, os autores concluem que os sentimentos partidários influenciam substantivamente o voto dos brasileiros para presidente da república. Eles afirmam que:

[...] há diferenças interessantes entre eleitores que manifestam sentimentos em relação ao PT e ao PSDB, quanto a atitudes relativas a temas políticos relevantes; além disso, [o estudo] mostra, também, que esses sentimentos estão, ainda, fortemente associados ao voto para presidente. (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p. 333).

Finalmente, os autores são contundentes ao afirmar que “há ocorrência de sentimentos partidários em boa parte da população, cerca de dois terços dos eleitores

---

<sup>4</sup> As variáveis atitudinais utilizadas no trabalho são: relação à democracia, estatismo, igualdade, censura aos meios de comunicação e repressão a manifestações e passeatas e comportamento pela variável voto para presidente. (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011).

manifestam algum tipo de sentimento em relação aos dois partidos brasileiros mais importantes” (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p.342).

### **1.3.3 Figueiredo, Rennó e Castro: foco no voto retrospectivo em Lula e Dilma.**

Também estão inseridos neste debate autores que desenvolvem as suas pesquisas com foco no voto retrospectivo, como Figueiredo, Rennó e Castro.

Figueiredo recorre a abordagem da escolha racional para discutir temas como a abstenção do voto, obrigatoriedade do voto e campanha eleitoral, sempre orientado por esta corrente do comportamento eleitoral. Destaca-se para o presente trabalho, o modelo de voto retrospectivo utilizando apenas uma variável independente, a “avaliação do governo”, modelo que foi desenvolvido em sua obra “2002: uma eleição fenomenal” (2003). A importância dessa variável única é tão substantiva para o autor que ele demonstra sua aplicabilidade como elemento explicativo de quatro eleições distintas:

O Fernando Henrique Cardoso de 2002 não tinha as mesmas taxas de aprovação do Fernando Henrique Cardoso de 1998, ou de Itamar Franco de 1994, mas estava longe de ostentar os níveis sofríveis de José Sarney em 1989. Com 23% de avaliações “ótimas” e “boas”, tinha capital político para levar seu candidato ao segundo turno, mas dificilmente poderia vencer as eleições. (FIGUEIREDO, 2003, p.66)

Rennó, juntamente com diferentes parceiros dentre os estudiosos do comportamento eleitoral, como Castro, Lício, Cabello e Peixoto, estudou o voto em Lula e em Dilma sob a perspectiva racional. Lício, Rennó e Castro (2009), por exemplo, em seu artigo “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido”, defenderam, além da avaliação retrospectiva, que o Programa Bolsa Família do Governo Federal impactou a decisão de voto em 2006, ao afirmarem que “os beneficiários do Programa [Bolsa Família] tendem a votar mais em Lula, além de avaliar o governo federal e o trabalho do Presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários.” (LÍCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009, p.48).

No mesmo sentido, em seu trabalho intitulado “As Bases do Lulismo” (2010), Lício Rennó e Andréa Cabello analisam o comportamento dos eleitores brasileiros na década de 2000 (eleições de 2002 e 2006) e atribuem ao voto um caráter majoritariamente retrospectivo, tentando igualar a identificação do eleitor para com Lula à identificação com qualquer outro candidato governista que, de acordo com opinião pública, tenha feito ou venha a fazer um bom governo.

“[...] o fenômeno do lulismo, na realidade, é expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado. O eleitor independente, não alinhado, é aquele que não tem preferência por partido político, possui alguma rejeição a partidos, mas não tão forte ou específica, não se apega demasiadamente à pessoa do líder, é pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoral. Avaliações do desempenho do governo parecem importantes principalmente para os eleitores lulistas considerados antigos, os que também votaram em Lula em 2002. Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho. Não encontramos evidências convincentes de um amplo realinhamento político, que se presume estável e implica em mudanças no eleitorado, como argumenta Singer (2009), nem de um retorno ao personalismo, como argumentam Samuels (2004a) e Baquero (2007)” (RENNÓ e CABELLO, 2010, p. 52).

Desta forma, verifica-se que os autores estudaram o fenômeno do “Lulismo” e o voto em Lula nas eleições 2002 e 2006, construindo explicações de caráter retrospectivo, de cunho econômico, para o voto presidencial, afirmando que

[...] mais do que um atributo pessoal e ideológico de Lula o desempenho de seu governo é crucial para entendermos uma parte. do voto em Lula. Uma outra parte, menos influenciada pelo desempenho do governo, é determinada por fatores circunstanciais e menos estruturais. (RENNÓ e CABELLO, 2010, p.40).

Desta forma, para Rennó e Cabello (2010) o “lulismo” não representa qualquer realinhamento partidário estável, e muito menos a volta da personalização para a política brasileira, mas, o que explica o “lulismo” é o bom desempenho do governo e da economia, defendendo assim que o fenômeno do “lulismo” terá uma curta duração.

Para eles, o “lulista” que serviu de base para as vitórias em 2002 e 2006, é constituído basicamente de um tipo de eleitor relativamente desalinhado ideologicamente e influenciado em grande parte pelo desempenho apresentado pelo governo numa avaliação tipicamente retrospectiva.

Para os autores, os lulistas são “os mesmos que votaram em Fernando Henrique Cardoso duas vezes no passado, mas não em seu sucessor em 2002, e que seguirão votando em políticos que fazem boas administrações e campanhas eleitorais eficientes.” (RENNÓ e CABELLO, 2010, p.40).

Em discussão posterior à eleição de 2010, acerca do voto em Dilma Rousseff, Peixoto e Rennó (2011) identificam em sua análise alguns padrões de voto, e apresentam como novidade o “efeito da mobilidade social sobre o voto”, quando concluem que:

[...] o eleitor brasileiro mais uma vez recompensa políticos que tiveram desempenho positivo no governo e cuja administração resultou em sua melhoria de

vida. Testemunhamos, mais uma vez, o exercício prático da responsabilização política (accountability) através das eleições no Brasil. (2011, p.18).

No seu trabalho “Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação”, Castro (2006) realiza suas análises acerca do comportamento eleitoral brasileiro, utilizando alguns pressupostos da escola sociológica, mas não quebra a sua tradição em trazer elementos dos pressupostos da escolha racional, ao concluir que

[...] a maioria do eleitorado de classe baixa urbana escolhe um partido ou um candidato como quem torce por uma equipe popular de futebol; daí Fábio Wanderley Reis ter cunhado a expressão “Síndrome do Flamengo” para identificar esse traço do comportamento eleitoral dos setores de posição social baixa. Há de um lado, certa consistência na busca do lado popular, mas de outro como as escolhas não são feitas com base nas propostas políticas de partidos e candidatos, a respeito das quais a maioria dos eleitores não tem informação, os eleitores podem mudar a direção do voto de acordo com as circunstâncias [da economia]. (CASTRO, 2006, p.356).

Com atenção ao debate, percebe-se que não há consenso sobre os determinantes do voto em Lula, sobre o papel da identificação partidária na decisão de voto, sobre o papel da economia sobre as vitórias de Lula e Dilma, e tampouco acerca do termo “Lulismo” na Ciência Política<sup>5</sup>.

#### 1.4 Conclusão

Destaca-se que neste trabalho adotou-se o entendimento de “Lulismo” como expressão do comportamento do eleitor brasileiro, ou seja, o Lulismo como um fenômeno que emerge dos altos níveis de aprovação<sup>6</sup> de Lula, suas características de liderança<sup>7</sup>, e sua capacidade de se eleger e de transferir votos a candidatos os quais apóia. E adotou-se o entendimento de Petismo como a preferência autodeclarada pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

---

<sup>5</sup> Alguns autores têm tratado o Lulismo como um fenômeno inserido na esfera dos estudos sobre o comportamento eleitoral – Singer (2009), Baquero (2007), e Rennó (2010), enquanto outros têm se referido ao termo Lulismo para definir uma forma de governar dentro do presidencialismo de coalizão, aperfeiçoada pelo ex-presidente Lula durante o seu mandato de 8 anos – Werneck Viana (2010).

<sup>6</sup> De acordo com a pesquisa CNI-IBOPE divulgada em 16/12/2010, o presidente Lula encerrou o segundo mandato com 87% de aprovação da população brasileira, recorde histórico sem precedentes.

<sup>7</sup> A liderança de Lula é aqui enxergada sob o prisma dos “líderes que arrastam multidões” presente na tipologia proposta por M. Conway [1915] como “capazes de conceber uma grande idéia, de juntar uma multidão suficientemente grande para concretizá-la e de pressionar a multidão para que, de fato, a concretize”, (BOBBIO, 1997, p. 715).

Entende-se neste trabalho, como se verá adiante, que a identificação com o PT pode ser menor do que a identificação com a pessoa de Lula no cenário eleitoral, conforme afirmam autores como Baquero. Também pode ter havido uma alteração geográfica de apoio ao PT e ao Lula como afirmam Terron, Soares e Samuels. Mas percebe-se a identificação partidária como uma relevante condicionante do voto de longo prazo, que pode, portanto, ser caracterizada como uma condicionante política de cunho permanente do comportamento eleitoral no Brasil, e que explica o voto de uma considerável parcela da população brasileira, como afirmam Singer, Carreirão e Castro.

A riqueza do debate até aqui apresentado, bem como o alto nível da discussão dominante na literatura nacional específica sobre as eleições de 2002, 2006 e 2010, em que saíram vencedores Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010), permite considerar a importância da figura de Lula para o eleitor, segundo todos os autores, um elemento relevante em quaisquer tentativas de explicação do voto nestas eleições do século XXI, seja ela apoiada na avaliação do governo, seja ela originada em motivações personalistas, ou ainda, seja ela vinculada à identificação partidária.

Além disso, a literatura mostra uma consolidação consensual de que a partir da eleição de 2006 há uma mudança significativa na base de apoio de Lula, depois do seu primeiro mandato, mudança expressa não apenas em termos de classe social, mas também de caráter geográfico, que não pode ser desconsiderada no que tange a compreensão do voto no Brasil.

Nos capítulos seguintes serão apresentados e analisados os testes empíricos referentes à eleição de 2010 e algumas comparações entre a eleição de 2010 e as eleições de 2002 e 2006, onde serão consideradas e testadas as variáveis mais relevantes, de acordo com os principais estudiosos brasileiros.

Serão incluídas as variáveis de perfil, como: sexo; faixa etária; escolaridade; faixa de renda familiar; cor autodeclarada e religião; variáveis geográficas, como: zona residencial e região brasileira; e variáveis políticas e situacionais, como: avaliação do governo em final de mandato; preferência partidária; voto na eleição anterior, ser beneficiário do Programa Bolsa Família e simpatia por Lula.

## **2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL**

Este capítulo propõe-se a realizar um estudo descritivo das eleições presidenciais de 2010, considerando as características do sistema eleitoral brasileiro e as singularidades do contexto político neste pleito.

Pretende-se também analisar algumas tabelas de contingência elaboradas a partir do banco de dados da pesquisa ESEB 2010 com o intuito de apresentar as proporcionalidades das categorias estudadas e realizar os testes de chi - quadrado das variáveis que serão incluídas ao modelo de regressão disposto na próxima sessão – “3. O voto em Dilma Rousseff”.

Para complementar as análises, são realizadas algumas comparações entre os resultados dos testes de correlação de Pearson obtidos a partir das pesquisas pós-eleitorais CESOP/ ESEB dos anos de 2010, 2006 e 2002.

### **2.1 Eleições Presidenciais de 2010**

Presidencialismo, eleições diretas, e separação em três poderes – Executivo, Legislativo (com um congresso bicameral formado por Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Judiciário. Assim se resume em poucas palavras as principais características do federalismo brasileiro.

E para delinear este panorama, o Brasil conta com um sistema eleitoral administrado pelo poder judiciário, contando com um tribunal exclusivamente formado para essa função, o Tribunal Superior Eleitoral, e que mantém eleições com duas modalidades: (1) voto majoritário e (2) voto proporcional em lista aberta.

A eleição majoritária define a escolha dos candidatos a mandatários do poder executivo (presidente, governadores e prefeitos), podendo haver segundo turno das eleições caso nenhum candidato atinja maioria absoluta dos votos válidos em primeiro turno para os cargos de governador e presidente, e também para prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores. Também é majoritária a eleição para os Senadores.

A eleição proporcional define a escolha de representantes do poder legislativo (deputados federais, deputados estaduais e vereadores municipais). Com o voto em lista aberta, o eleitor pode escolher diretamente o nome do seu candidato, ou também pode optar pelo voto de legenda (quando se vota na legenda de um determinado partido) e ao final da eleição as cadeiras são ocupadas reunindo-se os votos totais de cada legenda e distribuindo-

se o número total de cadeiras pelos partidos de acordo com os votos totais alcançados por cada um, ou seja, os votos dos candidatos de cada partido são somados aos votos de legenda desse partido, originando as listas partidárias.

Após verificar o número de vagas proporcionais a cada partido, a partir do quociente eleitoral ( $QE = \text{número de votos válidos} / \text{número de vagas}$ ), as vagas são destinadas aos candidatos mais votados daquele partido, respeitando uma lista decrescente de votos dos candidatos.

As eleições presidenciais de 2010 ocorreram seguindo a regra de dois turnos implantada pela Constituição Federal de 1988. O primeiro turno aconteceu no dia 03 de outubro de 2010 (domingo), e como a candidata que recebeu o maior número de votos não conseguiu maioria absoluta (chegando a 46,91%, ver tabela 01 abaixo), o pleito caminhou para o segundo turno.

**Tabela 01**  
**Resultado da eleição 2010 para presidente do Brasil - Primeiro Turno**

Candidato (a)	Percentual	Votos válidos (Números absolutos)
Dilma (PT)	46,91	47.651.434 votos
José Serra (PSDB)	32,61	33.132.283 votos
Marina Silva (PV)	19,33	19.636.359 votos
Plínio (PSOL)	0,87	886.816 votos
Eymael (PSDC)	0,09	89.350 votos
Zé Maria (PSTU)	0,08	84.609 votos
Levy Fidelix (PRTB)	0,06	57.960 votos
Ivan Pinheiro (PCB)	0,04	39.136 votos
Rui Costa Pimenta (PCO)	0,01	12.206 votos
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>101.590.153 votos</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).  
Elaborado pela autora.

O segundo turno das eleições ocorreu em 31 de outubro de 2010 (domingo), tendo como adversários a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e o candidato José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Dilma Rousseff foi então eleita com 55.752.483 votos, o que representa 56,05% de votos válidos, contra 43.711.162 votos de seu adversário José Serra, representando 43,95% de votos válidos.

A disputa entre os partidos PT e PSDB observada na eleição de 2010 já representa uma tradição no cenário eleitoral brasileiro dos últimos 20 anos. Estes dois partidos

protagonizam atualmente o mais robusto antagonismo dentro do cenário político nacional brasileiro, liderando duas coalizões partidárias que foram capazes de apresentar os dois candidatos mais votados de todas as eleições dos últimos 20 anos.

O PT especificamente esteve presente já no segundo turno das eleições de 1989 – as primeiras eleições presidenciais diretas ocorridas no Brasil depois de quase 30 anos – quando o candidato Lula foi então derrotado por Fernando Collor no 2º turno. Mas a partir da eleição de 1994 as duas agremiações partidárias protagonizaram todas as disputas pela presidência da república, sendo que o PSDB se elegeu nos pleitos de 1994 e 1998 derrotando o PT já no 1º turno em ambos os casos, e o PT saiu vitorioso sobre o PSDB no segundo turno nas eleições de 2002, 2006<sup>8</sup> e 2010.

Se o seu partido tinha como vantagem – entre outras – uma vasta experiência à frente das disputas eleitorais desde a redemocratização do Brasil, Dilma Rousseff, pelo contrário, se mostrava inexperiente nas urnas, já que enfrentava pela primeira vez uma disputa eleitoral para um cargo público<sup>9</sup>.

Apesar dessa inexperiência nas urnas, a então Ministra da Casa Civil do governo Lula, teve já em 2008 seu nome colocado como possível candidata à presidência pelo PT, sendo que no mesmo ano iniciavam as sondagens eleitorais pelos grandes institutos de pesquisa. Dilma tinha apenas 3% das intenções de voto na pesquisa DataFolha de 25/27 de março 2008, enquanto Serra, um ex-ministro nos 02 mandatos de Fernando Henrique Cardoso, ex-prefeito de São Paulo e ex-governador do estado de São Paulo, detinha 38% da preferência do eleitorado na mesma enquete.

Pouco menos de dois anos depois, contudo, em 20 de fevereiro de 2010, durante o 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores – em que 2 mil militantes aprovaram o nome de Dilma Rousseff como pré-candidata do partido – ela já gozava de 25% de intenções de votos, cifra próxima à que José Serra apresentava então.

Entre o início do mês de maio e o início do mês de junho de 2010, ocorre o que se chama de “boca do jacaré”, quando Dilma ultrapassa o seu adversário José Serra do PSDB em termos de percentuais de intenção de voto nas sondagens dos institutos de pesquisa, conforme verificado na pesquisa Vox Populi de 06 a 13 de maio de 2010 e na sondagem Sensus de 10 a 14 de maio de 2010.

---

<sup>8</sup> Lula foi derrotado em 1989 contra Fernando Collor - PRN, em 1994 e em 1998 ambas contra Fernando Henrique Cardoso – PSDB, e finalmente saiu-se vitorioso com 61,3% dos votos válidos em 2002 contra José Serra e com 60,8% dos votos válidos em 2006 contra Geraldo Alckmin, ambos do PSDB.

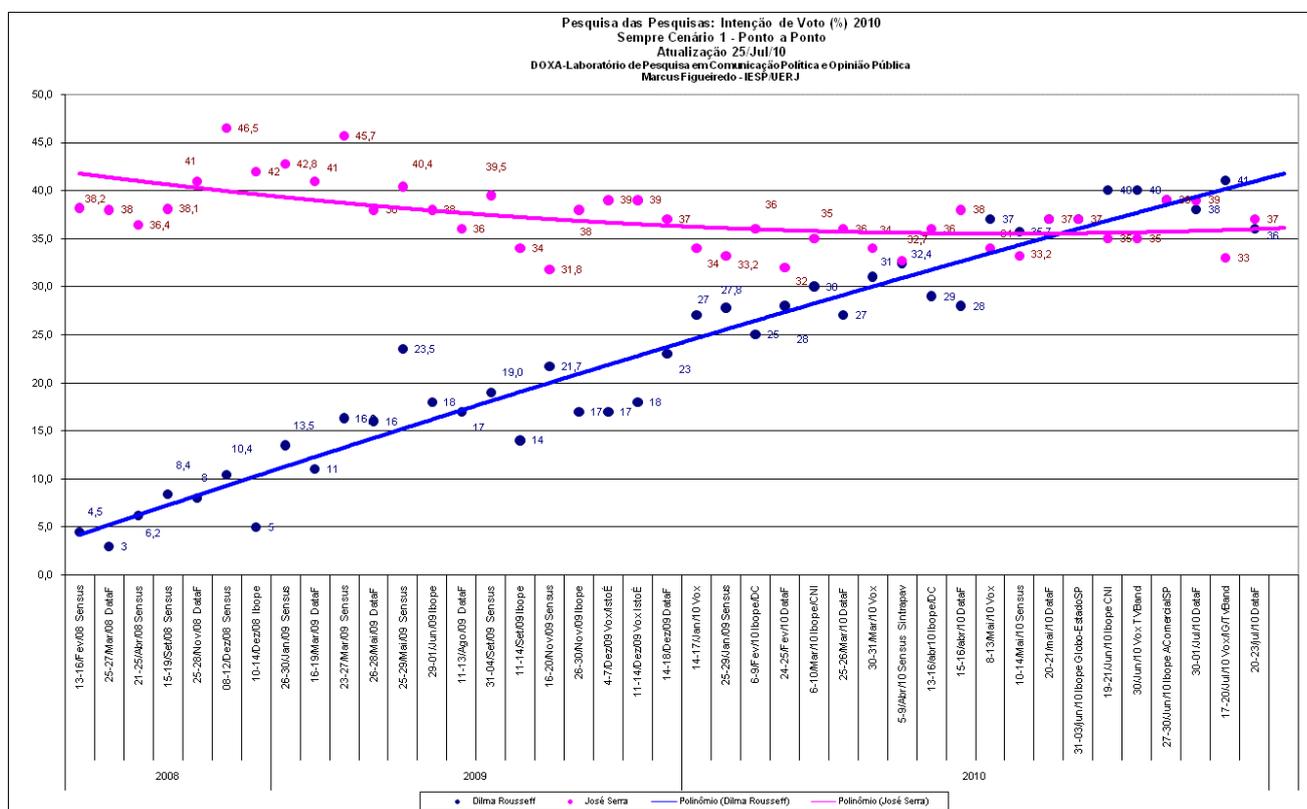
<sup>9</sup> Embora tenha ocupado cargos de Secretária do Município de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul (Governos de Alceu Collares), e de Ministra de Estado (no Governo Lula), Dilma Rousseff nunca havia se candidatado a cargos públicos eletivos.

No dia 12 de junho de 2010, o PT aprova definitivamente a candidatura de Dilma Rousseff em decisão do Diretório Nacional, quando, em ascensão nas sondagens de intenções de voto, ela alcançava preferência de 35 pontos percentuais do eleitorado.

E na segunda-feira, dia 05 de julho de 2010, a candidatura de Dilma Rousseff foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral, momento em que, às vésperas do início oficial da campanha eleitoral, Dilma já gozava da primeira posição isolada nas pesquisas de opinião de todos maiores institutos de pesquisa do Brasil.

O gráfico 01 abaixo, elaborado pelo IESP-UERJ, traz a evolução das intenções de voto para Presidente da República, de acordo com dados dos 04 maiores institutos de pesquisa brasileiros, Vox Populi, Sensus, Ibope e Datafolha.

**Gráfico 01**



Fonte: Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – IESP/UERJ

Durante a campanha eleitoral, algumas características chamaram a atenção de pesquisadores do comportamento eleitoral, como o fato de que as estratégias das campanhas eleitorais tanto de situação quanto de oposição se utilizaram de um tom de continuidade, mesmo na campanha do principal candidato de oposição, José Serra, que em alguns programas de televisão chegou a usar a figura de Lula.

Isto ocorreu principalmente porque a popularidade do então presidente Lula, assim como a aprovação de seu governo, alcançaram patamares recordes, dificultando o uso de discurso totalmente oposicionista<sup>10</sup>.

Neste ambiente, alguns temas pouco explorados em campanhas eleitorais anteriores vieram à tona, como: a pauta ambiental e a crescente atenção sobre os valores morais, trazendo à discussão alguns assuntos polêmicos como as legalizações do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo.

Estes temas trouxeram para a discussão atores que, após muitos anos, voltaram a interferir diretamente na eleição. Religiosos das Igrejas Protestantes e da Igreja Católica, de forma organizada e institucionalizada apoiaram ou reprovaram abertamente o voto para determinados candidatos, em especial condenando o voto em Dilma<sup>11</sup>.

As eleições de 2010 trouxeram muitas novidades também para o Partido dos Trabalhadores, já que, pela primeira vez desde a redemocratização brasileira, o partido não teve como candidato o seu presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva, afinal ele havia governado o Brasil por dois mandatos seguidos e não poderia, de acordo com a Constituição Federal, disputar mais uma eleição.

Em meio a tantas novidades o Brasil também testemunhou algumas singularidades históricas, como a eleição de uma mulher para presidenta do Brasil, pela primeira vez. Para além da importância nata que uma eleição democrática representa no fortalecimento da democracia, como vem ocorrendo desde as eleições de 1989, a vitória de Dilma representa uma conquista social muito importante que configura um passo significativo para a igualdade de gênero.

Outra característica de relevo resultante da eleição de 2010 foi a inédita conquista de um terceiro mandato presidencial consecutivo por parte de um mesmo partido político – o PT – no período pós-redemocratização.

## **2.2 Perfil e Opinião do eleitor de Dilma Rousseff.**

Apresenta-se abaixo a Tabela 02 com a distribuição percentual dos indivíduos por categoria de interesse e percentual de sucesso da variável “voto em Dilma” pelas categorias das variáveis de interesse, para facilitar a observação das informações mais relevantes.

---

<sup>10</sup> De acordo com a pesquisa CNI-IBOPE divulgada em 16/12/2010, o presidente Lula encerrou mandato com 87% de aprovação da população brasileira, recorde histórico sem precedentes

<sup>11</sup> Ver: “Igrejas pedem a fiéis para não votar em Dilma”, em Meu Araripe, 12/10/2010.

Tabela 2

Distribuição percentual dos indivíduos por categoria de interesse e percentual de sucesso da variável “voto na Dilma” pelas categorias das variáveis de interesse.

VARIÁVEL	CATEGORIA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INDIVÍDUOS	PERCENTUAL DE SUCESSO DA VARIÁVEL “VOTO EM DILMA”
REGIÃO BRASILEIRA	NORTE	7.42	68,89
	NORDESTE	21.63	70,54
	CENTRO- OESTE	6.36	52,09
	SUDESTE	52.84	54,73
	SUL	11.74	46,03
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
ZONA DE RESIDÊNCIA (SITUAÇÃO CENSITÁRIA)	RURAL	2.92	58,32
	URBANA	97.08	47,87
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
SEXO	FEMININO	53.02	58,86
	MASCULINO	46.98	57,27
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
ESCOLARIDADE	ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	8.16	64,34
	PRIMÁRIO COMPLETO ATÉ GINÁSIO INCOMPLETO	24.75	69,21
	GINÁSIO COMPLETO ATÉ COLEGIAL INCOMPLETO	21.59	54,28
	COLEGIAL COMPLETO ATÉ UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO	37.60	55,24
	UNIVERSITÁRIO COMPLETO ATÉ PÓS-GRADUAÇÃO (OU MAIS)	7.90	39,8
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
RAÇA	NÃO BRANCOS	59.57	61,87
	BRANCOS	40.43	52,33
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
FAIXA DE RENDA FAMILIAR	ATÉ 1 SM	5.79	57
	DE 1 A 2 SM	22.93	65,14
	DE 2 A 5 SM	45.27	53,98
	DE 5 A 10 SM	16.56	53,26
	MAIS DE 10 SM	9.45	68,96
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
IDADE	16 A 31 ANOS	37.50	56,6
	32 A 47 ANOS	28.76	55,05
	48 ANOS OU MAIS	33.75	62,11
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
RELIGIÃO	CATÓLICO	59.49	60,1
	EVANGÉLICO	20.86	50,86
	ATEU/ AGNOSTICO/ NÃO TEM RELIGIÃO	9.59	56,98
	OUTRAS RELIGIÕES	10.06	61,48
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA	AVALIAÇÃO POSITIVA	10.22	10,7
	AVALIAÇÃO NEGATIVA	89.78	63,4
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	PT	26.45	88,54
	PSDB	5.25	6,16
	NENHUM/ OUTROS PARTIDOS	68.30	50,18
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
VOTOU EM LULA EM 2006(2º TURNO)?	NÃO VOTOU LULA – 2006	36.07	29,23
	VOTOU LULA – 2006	63.93	74,25
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
PARTICIPA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	NÃO	90.87	57,06
	SIM	9.13	67,52
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>
CANDIDATO QUE REPRESENTA A MANEIRA DE PENSAR	DILMA	30.91	95,45
	JOSÉ SERRA	17.73	9,04
	MARINA	14.06	48,04
	OUTROS CANDIDATOS	1.09	26,07
	NENHUM CANDIDATO	36.21	54,87
	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>58,01</b>

Fonte: ESEB 2010. Foi utilizada informação de peso para projeção da população para estimar as estatísticas desta tabela.  
Elaborado pela autora.

Foram elaboradas algumas tabelas de contingência a partir do banco de dados ESEB 2010 – Apêndice 01 a Apêndice 13.1.

As variáveis usadas nessa elaboração das tabelas de contingência foram “Voto em 2010 – Dilma”, categorizando uma linha ou coluna (em cada tabela se optou pela melhor posição para essa variável em termos de visualização dos fenômenos estudados), e categorizando a outra linha ou coluna da tabela de dupla entrada foram utilizadas as variáveis: Sexo; Faixa etária; Escolaridade; Faixa de Renda Familiar; Cor; Religião; Zona Residencial; Região Brasileira; Avaliação do Governo Lula; Preferência Partidária; Voto na eleição anterior; Ser beneficiário do Programa Bolsa Família; ou Simpatia pelo candidato.

Ao observar as tabelas de contingência dispostas nos apêndices, é possível identificar várias características relevantes acerca do perfil do eleitor de Dilma, assim como conhecer a sua opinião de maneira geral. E ao observarem-se os seus respectivos testes de hipótese nula de independência entre as variáveis linha e coluna, temos que, para todas as tabelas de contingência foram observados os requisitos<sup>12</sup> aplicáveis e obteve-se que, na maioria das tabelas, pode-se afirmar que há evidências de associação ente as variáveis linha e coluna, com exceção dos casos observados nos: Apêndice 1.1 cujas variáveis sejam sexo e voto, e Apêndice 3.1 cujas variáveis sejam faixa etária e voto, onde se percebe que há independência entre elas, ou seja, não há associação.

Começando por traçar o perfil do eleitor de Dilma, vê-se no Apêndice 1 que, no que diz respeito ao cruzamento das variáveis sexo e declaração de voto, os percentuais de voto em Dilma são equilibrados com uma leve predominância do sexo feminino. Considerando que  $p > 0,05$  ( $p = 0,431$ ), conforme Apêndice 1.1, se aceita a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que não há evidências de associação entre sexo e voto.

Continuando a análise das Tabelas de Contingência, temos que o Apêndice 02 apresenta a diferença entre o voto em Dilma por parte das pessoas de cor branca e pelas pessoas de cor não branca. Neste cruzamento, observa-se que a maioria dos eleitores de Dilma declarou-se como não branco e a maioria dos eleitores que não votou em Dilma declarou-se como branco. Entre os entrevistados que afirmaram ter votado em Dilma nas eleições de 2010, 63,6% declararam-se como não brancos e 36,4% declararam-se como brancos. Entre os entrevistados que afirmaram não ter votado em Dilma, ou seja, votaram

---

<sup>12</sup> Requisitos para o teste de Independência: 1- Os dados amostrais são selecionados aleatoriamente e representados como contagens de frequências em uma tabela de dupla entrada; 2 –  $H_0$  (Hipótese nula) = variáveis linha e coluna são independentes ou  $H^1$  (Hipótese alternativa) = variáveis linha e coluna são dependentes; e 3- a frequência esperada deve ser no mínimo 5. Ver TRIOLA, 2008.

em Serra, votaram em branco ou anularam o voto, 47,7% declararam-se como não brancos e 52,3% declararam-se como branco. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Tabela 2.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre cor (raça) e voto.

No cruzamento entre o voto em Dilma e Faixa etária - Apêndice 03, é possível perceber que em todas as faixas etárias há maioria na categoria votou em Dilma, com ligeira predominância da opção por votar em Dilma na Coorte 2 (de 32 a 47 anos) – 59,4% contra 56,4% percebidos tanto na Coorte 1 (de 16 a 31 anos) quanto na Coorte 3 (de 48 anos ou mais). Considerando que  $p > 0,05$  ( $p = 0,475$ ), conforme Apêndice 3.1, aceita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que não há evidências de associação entre faixa etária e voto.

O Apêndice 04 corresponde ao cruzamento entre a variável relativa ao voto em Dilma e a variável “Faixa de renda familiar”. O interessante a se perceber nestes resultados é que quanto maior a faixa de renda declarada, menor o percentual de eleitores de Dilma, de forma que a menor faixa de renda familiar (até 1 Salário Mínimo) apresenta o maior percentual (67,8%) de apoio à Dilma e a maior faixa de renda familiar (mais de 20 Salários Mínimos) foi a única faixa em que o percentual de votos em Dilma foi minoria, com 38,5%. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,004$ ), conforme Apêndice 4.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre faixa de renda familiar e voto.

No que diz respeito à variável escolaridade, da mesma forma com que é observado no Apêndice – onde quanto maior a faixa de renda familiar, menor a ocorrência do voto em Dilma – o Apêndice 05 demonstra que quanto maior a escolaridade, menor a incidência de votos em Dilma. Entre os eleitores analfabetos ou que possuem primeiro grau incompleto, 67,4% votaram em Dilma, ou seja, o maior percentual entre todos os níveis de escolaridade e entre os que possuem nível superior ou mais escolaridade, Dilma obteve o menor percentual de votos, 47,1%. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Tabela 5.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre escolaridade e voto.

Observando o Apêndice 06, é possível perceber que, entre as religiões dispostas na tabela, aquela que apresentou menor percentual de votos em Dilma, foi a Evangélica, com 51,3%. Lembrando que esta categoria engloba todas as denominações religiosas evangélicas: pentecostais, neo-pentecostais e não-pentecostais. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,041$ ),

conforme Apêndice 6.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre religião e voto.

No cruzamento entre a zona de residência e o voto, disposto no Apêndice 07, observa-se que 65% da população rural optou por votar em Dilma, percentual significativamente maior do que os 56% da população urbana. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,008$ ), conforme Apêndice 7.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre zona de residência e voto.

O Apêndice 08 abaixo apresenta o cruzamento entre a Região e o voto. Esta tabela traz resultados interessantes quanto às diferenças regionais do voto. Entre os habitantes da Região Norte, observa-se 54,1% optaram pelo voto em Dilma. Entre os nordestinos a adesão pelo voto em Dilma foi ainda maior, com 69,4%. Entre os habitantes do Sudeste a escolha pela candidata de situação também foi maioria, com 55,5%. Já nas Regiões Centro-Oeste e Sul a maioria da população optou por não votar em Dilma, sendo que a ocorrência do voto em Dilma nestas regiões foi de 48,9% e 46,6%, respectivamente. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 8.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre a região de residência do eleitor e o voto.

O cruzamento entre a avaliação do governo anterior - Lula e o voto, disponível no Apêndice 09, mostra que mesmo entre os eleitores que não votaram em Dilma (candidata de situação), a aprovação do governo anterior foi alta, uma vez que 85,3% destes eleitores fizeram uma avaliação positiva do governo Lula. E entre os eleitores de Dilma, a aprovação do governo Lula é quase absoluta, chegando a 98,8% de eleitores que avaliaram o governo Lula positivamente. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 9.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre avaliação do governo e voto.

Está disposto no Apêndice 10 o cruzamento entre os dados acerca da preferência partidária e o voto dos eleitores. Nele é possível observar que entre os eleitores que não votaram em Dilma, houve 16,6% que declararam preferência pelo PSDB, e curiosamente, houve 7% que declararam preferência pelo PT, e a maioria destes eleitores – 76,4% declarou não ter preferência partidária ou preferir outros partidos que não o PT ou PSDB.

Entre os eleitores que votaram em Dilma, a maioria também declarou preferência a outro ou nenhum partido – 55,2%, porém, apesar de ser a maioria dos eleitores de Dilma,

esta é uma proporção significativamente menor do que aquela observada entre os eleitores que não votaram em Dilma.

Isto ocorreu porque 43,7% dos eleitores de Dilma declararam ter preferência pelo PT, percentual alto considerando todas as características do sistema eleitoral brasileiro e a curta experiência democrática que o país adquiriu após o término da Ditadura Militar. E ainda apareceu um pequeno e curioso percentual de preferência pelo PSDB entre os eleitores de Dilma, 1,1%. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 10.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre preferência partidária e voto.

No Apêndice 11 observa-se o cruzamento entre o voto em Lula na eleição de 2006 e o voto em Dilma na eleição de 2010. Entre os eleitores de Dilma, tem-se que 82,3% votaram em Lula nas eleições de 2006 e 17,7% não votou em Lula, ou seja, votou em Geraldo Alckmin, em branco ou nulo. E entre os eleitores que não votaram em Dilma em 2010, 55,5% também não votaram em Lula na eleição anterior e 44,5% deles afirmaram ter votado em Lula em 2006. Considerando-se que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 11.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre voto na eleição anterior - Lula e voto na eleição de 2010.

O Apêndice 12 apresenta o cruzamento entre participação dos respondentes no Programa Bolsa Família e o voto. Destaca-se que entre os participantes do Programa Bolsa Família, 69% votaram em Dilma e apenas 31% não votaram em Dilma.

Mas o que chama a atenção é que, mesmo entre os eleitores que não participavam do programa, o percentual de votos em Dilma é maioria, 55,5%, contra 44,8% de eleitores que não votaram em Dilma. E considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 12.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre participação do Programa Bolsa Família e voto.

Por fim, no Apêndice 13 observa-se o cruzamento entre o candidato que melhor representou a maneira de pensar do eleitor no primeiro turno das eleições de 2010 e o seu voto no segundo turno das eleições de 2010. Nela vê-se que, entre os eleitores que se sentiram representados em sua forma de pensar por Dilma Rousseff, 94,8% empenharam seu voto na candidata.

Entre aqueles que se sentiram representados em sua maneira de pensar pelo candidato José Serra, 92% não votou em Dilma no segundo turno. Já entre os eleitores que

se sentiram representados pela maneira de pensar de Marina Silva, 45,9% votou em Dilma e a maioria deles, com 54,1% não votou em Dilma no segundo turno.

Quanto aos eleitores que se sentiram representados por outros candidatos a presidente, 52,1% votou em Dilma. E entre os eleitores que afirmaram não ter se sentido representados em sua forma de pensar por nenhum candidato, 57,4% votou em Dilma e 42,6% não votou em Dilma. Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Apêndice 13.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis. Sendo assim, conclui-se que há evidências de associação entre “candidato que representa a maneira de pensar do eleitor” e voto no segundo turno das eleições 2010.

### **2.3 Comparação entre as eleições de 2002, 2006 e 2010**

A análise de correlação será realizada partindo da elaboração de testes das variáveis clássicas e de outras que são relevantes ao trabalho, como já foram descritas anteriormente. A atenção estará voltada nas correlações entre o voto e cada uma das outras variáveis selecionadas, na medida em que foram feitas as tabelas de contingência e o teste de independência.

Nota-se que os resultados referentes ao pleito de 2010 obtidos nas correlações abaixo vão de encontro com os resultados dos testes de independência na seção anterior (2.2 Perfil e Opinião do eleitor de Dilma Rousseff).

Portanto, serão propostas algumas comparações entre os bancos de dados ESEB dos anos de 2010, 2006 e 2002 nesta seção por meio de correlações, a fim de facilitar a visualização dos dados, uma vez que foi possível unir os resultados obtidos dos três pleitos analisados em uma única tabela para variáveis de perfil, outra para variáveis geográficas e uma última tabela para variáveis políticas e situacionais, cada tabela reunindo dados dos três pleitos analisados.

A Tabela 03 abaixo, com dados dos três pleitos acima referidos, traz variáveis de perfil dos eleitores pesquisados, e nela é possível perceber as diferenças e similaridades entre os eleitores nos três distintos períodos eleitorais.

**TABELA 03**  
**Coefficiente de correlação (r) entre voto para presidente e as variáveis sócio-econômicas –**  
**Brasil 2010, 2006 e 2002**

VARIÁVEL / CATEGORIA		VOTO DILMA - Eleição 2010	VOTO LULA - Eleição 2006	VOTO LULA - Eleição 2002
VOTO DECLARADO	Pearson Correlation	1	1	1
	Sig. (2-tailed)			
	N	1850	817	2096
SEXO FEMININO	Pearson Correlation	-,018	-,089 <sup>*</sup>	-,038
	Sig. (2-tailed)	,431	,011	,086
	N	1850	817	2096
COR BRANCA	Pearson Correlation	-,158 <sup>**</sup>		-,019
	Sig. (2-tailed)	,000		,389
	N	1850		2096
COORTE 1 (DE 16 A 31 ANOS)	Pearson Correlation	-,014	-,102 <sup>**</sup>	,043 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,546	,003	,047
	N	1850	817	2096
COORTE 2 (DE 32 A 47 ANOS)	Pearson Correlation	,028	,092 <sup>**</sup>	,028
	Sig. (2-tailed)	,223	,008	,199
	N	1850	817	2096
COORTE 3 (DE 48 ANOS ou MAIS)	Pearson Correlation	-,014	,013	-,075 <sup>**</sup>
	Sig. (2-tailed)	,547	,717	,001
	N	1850	817	2096
RENDA FAMILIAR - ATÉ 01 SALÁRIO MÍNIMO	Pearson Correlation	,086 <sup>**</sup>		,013
	Sig. (2-tailed)	,000		,558
	N	1850		2096
RENDA FAMILIAR - DE 01 a 02 SALÁRIOS MÍNIMOS	Pearson Correlation	,016		-,006
	Sig. (2-tailed)	,503		,788
	N	1850		2096
RENDA FAMILIAR - DE 02 a 05 SALÁRIOS MÍNIMOS	Pearson Correlation	-,034		,070 <sup>**</sup>
	Sig. (2-tailed)	,139		,001
	N	1850		2096
RENDA FAMILIAR - DE 05 a 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	Pearson Correlation	-,040		-,034
	Sig. (2-tailed)	,089		,122
	N	1850		2096
RENDA FAMILIAR - DE 10 a 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	Pearson Correlation	-,028		-,029
	Sig. (2-tailed)	,228		,183
	N	1850		2096
RENDA FAMILIAR - MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	Pearson Correlation	-,028		-,035
	Sig. (2-tailed)	,228		,114
	N	1850		2096
ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	Pearson Correlation	,085 <sup>**</sup>	,168 <sup>**</sup>	,001
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,967
	N	1850	817	2096
PRIMÁRIO COMPLETO E GINÁSIO INCOMPLETO	Pearson Correlation	,051 <sup>*</sup>	,033	-,014
	Sig. (2-tailed)	,028	,349	,537
	N	1850	817	2096
GINÁSIO COMPLETO ATÉ COLEGIAL INCOMPLETO	Pearson Correlation	-,048	-,038	,014
	Sig. (2-tailed)	,037	,283	,526
	N	1850	817	2096
COLEGIAL COMPLETO ATÉ UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO	Pearson Correlation	-,046	-,098 <sup>**</sup>	,001
	Sig. (2-tailed)	,049	,005	,954
	N	1850	817	2096
UNIVERSITÁRIO COMPLETO ATÉ PÓS-GRADUAÇÃO OU MAIS	Pearson Correlation	-,055	-,148 <sup>**</sup>	-,001
	Sig. (2-tailed)	,018	,000	,946
	N	1850	817	2096
RELIGIÃO - CATÓLICA	Pearson Correlation	,051 <sup>*</sup>	,127 <sup>**</sup>	,052 <sup>*</sup>
	Sig. (2-tailed)	,028	,000	,018
	N	1850	817	2096
RELIGIÃO - EVANGÉLICA	Pearson Correlation	-,065 <sup>**</sup>		-,058 <sup>**</sup>
	Sig. (2-tailed)	,005		,008
	N	1850		2096
RELIGIÃO - ATEU/ AGNÓSTICO/ SEM RELIGIÃO	Pearson Correlation	,011		,031
	Sig. (2-tailed)	,635		,153
	N	1850		2096

Fonte: ESEB 2010, ESEB 2006 e ESEB 2002.  
 Elaborado pela autora.

Observando a primeira coluna da Tabela 03, referente aos resultados das correlações para o banco das eleições de 2010, tem-se que as variáveis que apresentaram alguma correlação com a variável “voto em Dilma”, foram: cor, escolaridade, faixa de renda familiar e religião, ou seja, assim como obtido pelos testes de independência, as variáveis sexo e faixa etária acima não apresentaram correlação com a variável voto.

Percebe-se, no entanto, que ter a cor branca está fortemente correlacionado negativamente com o voto em Dilma, assim como ser membro de alguma religião evangélica pentecostal ou não pentecostal<sup>13</sup> também apresenta forte correlação negativa. Nota-se que ser católico apresenta correlação fraca, porém positiva com a variável “voto em Dilma”.

Apenas uma das faixas de renda familiar apresenta correlação com a variável “voto em Dilma”, e correlação forte e positiva, qual seja a faixa dos entrevistados que declararam ter renda familiar de até 1 salário mínimo, o que demonstra que pertencer à fatia mais pobre dos eleitores brasileiros, traduz forte tendência para o voto em Dilma.

A escolaridade se mostrou uma importante variável para investigação, uma vez que todas as suas categorias apresentaram alguma correlação com o voto em Dilma, sendo que os níveis mais baixos de escolaridade apresentaram correlação positiva, enquanto que os níveis de escolaridade mais altos apresentaram correlação negativa com esta variável:

Analfabeto até Primário incompleto – correlação forte e positiva;  
Primário completo e Ginásial incompleto – correlação fraca e positiva;  
Ginásial completo e Colegial incompleto – correlação fraca e negativa;  
Colegial completo e Universitário incompleto – correlação fraca e negativa;  
Universitário completo ou mais escolaridade – correlação fraca e negativa.

Analisando as colunas seguintes da Tabela 03, têm-se respectivamente as correlações entre o voto e as outras variáveis estudadas para os anos de 2006 e 2002. Nestes resultados, percebemos algumas diferenças interessantes entre os anos de 2010, 2006 e 2002.

Diferenças como a existência de correlação negativa, mesmo que fraca, entre a categoria sexo feminino e votar em Lula na eleição de 2006, ao contrário do que ocorreu em 2010 (com o voto em Dilma) e em 2002 (com o voto no mesmo Lula). E a não existência de

---

<sup>13</sup> Durante o tratamento dos dados foi rigorosamente conferida a direção e proporcionalidade dos votos dos evangélicos pentecostais e não pentecostais e constatada coincidência entre eles, partindo daí, portanto, a decisão em uni-los como variável única ao organizar as variáveis a serem incluídas na análise.

correlação entre cor e voto em 2002, ao contrário do que ocorreu em 2010. Lembrando que na pesquisa de 2006 a variável cor não foi incluída no questionário. Houve também a ocorrência de correlação entre faixas de idade e voto tanto no ano de 2002, como no ano de 2006, o que não apareceu em 2010.

No que concerne a faixa de renda familiar, a única correlação existente ocorre na faixa de 2 a 5 salários mínimos (correlação forte e positiva), enquanto no ano de 2010 há correlação, também forte e positiva, apenas na faixa de até 1 salário mínimo. Como no banco de 2006 não foi possível organizar as faixas de renda familiar de maneira parecida com a organização feita no banco de 2010, não se realizou nenhuma comparação com esta variável para o ano de 2006. Tal impossibilidade advém de características próprias do banco ESEB 2006 relacionadas à organização das faixas de renda.

Outra diferença importante ocorreu com os níveis de escolaridade, afinal, no ano de 2002 não houve correlação entre nenhum nível de escolaridade e voto, ao contrário do que ocorreu nos anos de 2010 e 2006.

A única variável de perfil do eleitor que apresentou correlação com o voto do brasileiro nos três pleitos comparados neste estudo foi a variável religião que apresentou correlações fortes tanto em 2010, como em 2006 e em 2002.

**TABELA 04**  
**Coefficiente de correlação (r) entre voto para presidente e as variáveis geográficas – Brasil 2010, 2006 e 2002.**

		VOTO DILMA - Eleição 2010	VOTO LULA – Eleição 2006	VOTO LULA - Eleição 2002
VOTO DECLARADO	Pearson Correlation	1	1	1
	Sig. (2-tailed)			
	N	1850	817	2096
ZONA URBANA	Pearson Correlation	-,062**		
	Sig. (2-tailed)	,008		
	N	1850		
REGIÃO NORTE DO BRASIL	Pearson Correlation	-,018	,109**	-,019
	Sig. (2-tailed)	,429	,002	,383
	N	1850	817	2096
REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	Pearson Correlation	,149**	,197**	,081**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000
	N	1850	817	2096
REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL	Pearson Correlation	-,048*	,016	-,043
	Sig. (2-tailed)	,038	,639	,051
	N	1850	817	2096
REGIÃO SUDESTE DO BRASIL	Pearson Correlation	-,033	-,190**	-,023
	Sig. (2-tailed)	,160	,000	,284
	N	1850	817	2096
REGIÃO SUL DO BRASIL	Pearson Correlation	-,092**	-,108**	-,028
	Sig. (2-tailed)	,000	,002	,202
	N	1850	817	2096

Fonte: ESEB 2010, ESEB 2006 e ESEB 2002.  
Elaborado pela autora.

Observando a Tabela 04 é possível perceber que as variáveis geográficas são bastante relevantes para a análise, uma vez que tanto a zona de residência do eleitor quanto a sua região de origem apresentam alguma correlação com o voto em Dilma. Nesse sentido, Zona Urbana, por exemplo, apresenta forte correlação negativa com o voto em Dilma.

A variável referente aos eleitores da Região Sul apresentou correlação forte e negativa. A Região Centro-Oeste também apresentou correlação negativa, porém fraca. Já a Região Nordeste apresentou forte correlação positiva com o voto em Dilma. As regiões Sudeste e Norte não apresentaram correlação com o voto em 2010.

No ano de 2006 a região Norte e a região Nordeste apresentaram correlação forte e positiva com o voto em Lula. Já as regiões Sudeste e Sul apresentaram correlação forte e negativa. E apenas a região Centro-Oeste não apresentou correlação com o voto em Lula.

No ano de 2002 a única região que apresentou alguma correlação com o voto em Lula foi a região Nordeste, correlação esta forte e positiva.

**TABELA 05**  
**Coefficiente de correlação (r) entre voto para presidente e as variáveis políticas e situacionais – Brasil 2010, 2006 e 2002.**

		VOTO DILMA - Eleição 2010	VOTO LULA - Eleição 2006	VOTO LULA - Eleição 2002
VOTO DECLARADO	Pearson Correlation	1	1	1
	Sig. (2-tailed)			
	N	1850	817	2096
AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO ANTERIOR	Pearson Correlation	,262**	,621**	-,244**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000
	N	1850	817	2096
PREFERÊNCIA PELO PT	Pearson Correlation	,404**	,200**	,370**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000
	N	1850	817	2096
PREFERÊNCIA PELO PSDB	Pearson Correlation	-,287**	-,090	-,200**
	Sig. (2-tailed)	,000	,010	,000
	N	1850	817	2096
VOTO NA ELEIÇÃO ANTERIOR (2º TURNO)	Pearson Correlation	,395**	,483**	,329**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000
	N	1850	817	2096
PARTICIPA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Pearson Correlation	,103		
	Sig. (2-tailed)	,000		
	N	1850		
SIMPATIA PELO CANDIDATO	Pearson Correlation	,555**	,436**	,468**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000
	N	1850	817	2096
LULA- AVALIAÇÃO POSITIVA	Pearson Correlation			,537**
	Sig. (2-tailed)			,000
	N			2096

Fonte: ESEB 2010, ESEB 2006 e ESEB 2002.  
Elaborado pela autora.

Baseando-se na observação da TABELA 05, percebe-se que todas as variáveis incluídas são fortemente correlacionadas com o voto em Dilma em 2010 e com o voto em Lula em 2006 e 2002.

É certo que todas as variáveis apresentam correlação forte e positiva com o voto em Dilma em 2010 e com o voto em Lula em 2006 e 2002, com exceção da Preferência pelo PSDB que apresenta correlação forte e negativa com o voto em Dilma em 2010 e com o voto em Lula em 2006 e 2002, como se era de esperar.

Ressalta-se que a variável sobre a participação ou não do Programa Bolsa Família estava presente apenas no banco de dados referente à pesquisa de 2010 e a variável sobre a popularidade de Lula estava presente apenas no banco de dados referente à pesquisa de 2002, impossibilitando a comparação com os bancos de dados dos outros anos.

## **2.4 Conclusão**

Estas análises são preliminares e descritivas, porém elas já corroboraram com a teoria de que os elementos de teor político, entendidos aqui por avaliação do governo anterior, preferência partidária, voto nas eleições anteriores e apreço por Lula (analisado por meio de Proxy) são variáveis que permanecem importantes para a explicação do voto ao longo da última década no Brasil.

No próximo capítulo, serão efetuadas análises baseadas em teste estatístico de regressão logística binária, especialmente construído com bojo nas variáveis constantes das tabelas de contingências expostas no presente capítulo.

O propósito do teste de regressão foi aprofundar o entendimento acerca do voto em Dilma Rousseff a partir da elaboração de um modelo explicativo baseado nos dados do ESEB 2010.

### **3. O VOTO EM DILMA ROUSSEFF**

No esforço de construir-se explicações para a pergunta de partida, este capítulo pretende apresentar estudo empírico das eleições 2010 e – no intuito de complementar-se a análise em alguns pontos específicos sobre variáveis que demonstrem centralidade dentro de uma série temporal nas eleições recentes - pretende-se também realizar algumas comparações com dados das eleições de 2002 e 2006.

Estas comparações entre dados das diferentes eleições serão feitas, principalmente, pelo fato de que a chegada do partido da presidenta ao poder (o PT) é considerada por autores contemporâneos como um marco de relevo para mudanças nas bases sociais, ideológicas e atitudinais dos brasileiros (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA – 2011; CARREIRÃO – 2008; SAMUELS - 2004 e 2008; SINGER - 2010).

Será elaborado um modelo de regressão logística binária a partir do banco de dados da pesquisa pós-eleitoral ESEB/ CESOP 2010, incluindo as variáveis clássicas já utilizadas na maioria dos estudos de comportamento eleitoral, assim como algumas outras variáveis relevantes ao debate do comportamento do eleitor brasileiro.

E para contemplar pormenores da análise no sentido de realizar a comparação das eleições de 2010 com eleições anteriores, o mesmo modelo será replicado para os bancos de dados das pesquisas pós-eleitorais do ESEB/ CESOP referentes às já citadas eleições de 2002 e 2006.

Além da análise descritiva dos dados já realizada no capítulo “2. Eleições Presidenciais no Brasil” e da análise de regressão proposta acima, o trabalho se apoiará em informações obtidas de dados secundários e outras tabelas de contingência que se fizerem necessárias à apresentação dos argumentos.

De maneira geral, os dados demonstram que a explicação para o voto em Dilma é bastante complexa, tendo como principais determinantes a avaliação do governo anterior, a preferência partidária dos seus eleitores e a popularidade do ex-presidente Lula.

#### **3.1 Metodologia**

Para a realização da análise empírica do presente estudo, utilizou-se o banco de dados do ESEB 2010, gerando-se um modelo de regressão logística binária (variável dummy: se votou em Dilma, 1; e se votou em Serra, 0). Além de testes de correlação, análise fatorial e de análises descritivas dos dados.

Para tanto, incluiu-se as seguintes variáveis independentes para testes de inclusão ao modelo:

### **3.1.1 Variáveis sócio-econômicas:**

Sexo:

feminino -1 e masculino 0.

Faixa etária:

Coorte 1 (de 16 a 31 anos) 1, outras faixas de idade 0;

Coorte 2 (de 32 a 47 anos) 1, outras faixas de idade 0 e

Coorte 3 (de 48 anos ou mais) 1, outras faixas de idade 0.

A escala que divide as faixas etárias da população em três coortes, utilizada no presente trabalho, foi adotada do estudo de Baquero e Gonzalez (2011), que por sua vez basearam-se em conhecida proposição de Ortega e Gasset (1956), e em certas características do universo eleitoral do chamado Brasil democrático, ou seja, o cenário das eleições presidenciais ocorridas pós Constituição de 1988, para finalmente, atingir-se esse formato de escala bastante apropriado para os objetivos deste estudo.

Nos dizeres de Baquero e Gonzalez (2011):

A proposição de Ortega e Gasset (1956) é de que as fases da vida humana podem ser divididas em cinco: a infância, a juventude, a etapa de inovação e polêmica, a etapa da maturidade e mando, e a velhice, separadas por períodos de cerca de 15 anos. Considerando que, desde a Constituição de 1988, a cada 16 anos, ingressa no processo político eleitoral um novo grupo de cidadãos e que as eleições presidenciais brasileiras ocorrem em intervalos pares, delimitando também a ocorrência dos levantamentos de dados como o ESEB, que ocorrem a cada 4 anos, este trabalho considerara um intervalo de 16 anos entre cada uma das coortes a serem comparadas.

Para verificar esses efeitos, a população foi dividida em três coortes, com interstício de 16 anos entre cada uma delas, baseando-se na teoria de Ortega y Gasset (1956). Tendo em vista que as amostras do ESEB são constituídas de eleitores, maiores de 16 anos, a primeira coorte é formada pelos jovens de 16 a 31 anos. A segunda, pela população adulta, de 32 a 47 anos. A terceira inclui a população maior de 48 anos. Em termos ideais seria possível propor uma quarta coorte, a acima dos 64 anos. Porém o tamanho das amostras tornaria muito pequeno o número de casos nesta faixa etária. Portanto, as populações acima de 48 anos são tratadas como constituída de adultos maduros. (BAQUERO e GONZALES - 2011 p.381).

Escolaridade<sup>14</sup>:

- Analfabeto até Primário incompleto 1, outra escolaridade 0;
- Primário completo e Ginásial incompleto 1, outra escolaridade 0;
- Ginásial completo e Colegial incompleto 1, outra escolaridade 0;
- Colegial completo e Universitário incompleto 1, outra escolaridade 0 e
- Universitário completo ou mais escolaridade 1, outra escolaridade 0.

Há um consenso relativo acerca da relevância da variável escolaridade nos estudos de comportamento eleitoral (Carreirão, 2002; Castro, 1992). Porém, verifica-se não haver uniformidade quanto ao formato de categorização desta escala nos diferentes estudos.

A escala que divide a faixa de escolaridade em cinco categorias foi adotada neste estudo na tentativa de retratar os níveis de escolaridade conforme a divisão utilizada pelo IBGE.

Faixa de Renda Familiar<sup>15</sup>:

- Até 1 salário mínimo 1, outra faixa de renda familiar 0;
- De 1 a 2 salários mínimos 1, outra faixa de renda familiar 0;
- De 2 a 5 salários mínimos 1, outra faixa de renda familiar 0;
- De 5 a 10 salários mínimos 1, outra faixa de renda familiar 0;
- De 10 a 20 salários mínimos 1, outra faixa de renda familiar 0;
- Mais de 20 salários mínimos 1, outra faixa de renda familiar 0.

Cor:

- branco 1 e não branco 0.

A partir de testes realizados relacionando a variável dependente “voto em Dilma” com a variável cor no banco de dados, observou-se que a única categoria de cor dentre aquelas existentes originalmente que apresentou direção de voto diferenciada foi a categoria “branco”.

---

<sup>14</sup> A nomenclatura aqui utilizada corresponde à que foi usada no Brasil no passado, escolhida deliberadamente visando facilitar a compreensão. Não é, contudo, a nomenclatura em uso pelos sistemas de educação e pelo MEC – Ministério da Educação – na atualidade. Registra-se abaixo a correspondência com a nomenclatura adotada oficialmente no Brasil em 2013:

<b>1) Analfabeto</b> = sem escolaridade	<b>4) Colegial</b> = Ensino Médio;
<b>2) Primário</b> = Ensino Fundamental 1º Ciclo;	<b>5) Universitário</b> = Ensino Superior.
<b>3) Ginásial</b> = Ensino Fundamental 2º Ciclo;	

<sup>15</sup> O valor do salário mínimo vigente no ano de 2010 era R\$510,00.

Desta maneira, decidiu-se organizar esta variável em duas categorias, o que viabiliza análise de melhor qualidade, a saber: 1 “branco” e 0 “não branco”; sendo a categoria “não branco” constituída do agrupamento das categorias “preto”, “pardo/moreno”, “amarelo” e “indígena”.

Religião:

Evangélico (pentecostal e não pentecostal) - 1, outras religiões 0;

Católico 1, outras religiões 0 e

Ateu/ agnóstico/ sem religião 1, outras religiões 0.

Com base na variável “religião”, que no banco original apresenta 15 distintas categorias, foi criada uma nova variável a partir de um reagrupamento em quatro categorias distintas, quais sejam (1) evangélica (pentecostal e não pentecostal), (2) católica, (3) ateu/ agnóstico/ sem religião e (4) outras religiões.

A partir desta nova variável foram organizadas três variáveis binárias, conforme descritas acima, no início desta seção.

### **3.1.2 Variáveis Geográficas:**

Zona Residencial:

Zona Urbana 1 e Zona Rural 0.

Região Brasileira:

Região Norte 1, outras regiões 0;

Região Nordeste 1, outras regiões 0;

Região Centro-Oeste 1, outras regiões 0;

Região Sul 1, outras regiões 0;

Região Sudeste 1, outras regiões 0.

A relevância das variáveis geográficas para o estudo do comportamento eleitoral tem sido apontada desde os primeiros estudos no século XX, sendo atual e pertinente para autores como Terron e Soares (2011), Singer (2009), Meneguello e Bizarro Neto (2011), e Rennó e Cabello (2010), sua inclusão em modelos explicativos do voto presidencial.

A partir da variável Região Brasileira, foram organizadas cinco variáveis binárias, conforme descritas acima.

### **3.1.3 Variáveis Políticas:**

Avaliação do Governo Lula:

Avaliação positiva do Governo Lula (muito bom e bom) 1, avaliação não positiva (ruim, péssimo) 0;

Avaliação negativa do Governo Lula (ruim e péssimo) 1, avaliação não negativa (bom, muito bom) 0.

Partido Político:

Preferência pelo PT 1, preferência por outros partidos políticos ou por nenhum 0;

Preferência pelo PSDB 1, preferência por outros partidos políticos ou por nenhum 0;

Voto na eleição anterior:

Votou em Lula em 2006 1 e não votou em Lula em 2006 0.

Com a finalidade de integrar ao modelo o posicionamento político do eleitor, foram selecionadas algumas variáveis do banco de dados com base na literatura especializada.

A variável “avaliação do governo Lula” é tradicionalmente utilizada para caracterizar o voto retrospectivo. (Figueiredo, 2003 e Rennó, 2010 e 2011). A variável “votou em Lula em 2006” é utilizada para identificar continuidade ou mudança do voto na pessoa (Baquero e Gonzalez, 2011 e Rennó, 2010 e 2011). Quanto à variável “partido político”, sua utilização é feita para mensurar a identificação partidária. (Carreirão, 2002; Singer, 2009;)

Estas variáveis foram organizadas em categorias diferentes das originais no banco de dados, visando aperfeiçoar a análise estatística de forma mais didática e clara.

### **3.1.4 Variáveis situacionais:**

Ser beneficiário do Programa Bolsa Família

Beneficiário do Bolsa Família 1 e não beneficiário do Bolsa Família 0.

A importância da associação entre, de um lado, a variável “ser beneficiário” do programa federal de distribuição de renda intitulado Bolsa Família e, de outro lado, o “voto em Lula” na eleição de 2006 e “voto em Dilma” na eleição de 2010 tem sido discutida e defendida como importante na explicação do voto nas eleições brasileiras por autores como Baquero (2008), Lício, Rennó e Castro (2009) e Peixoto e Rennó (2011).

### 3.1.5 Adaptações ao banco de dados das pesquisas ESEB 2002 e 2006

A fim de se traçar alguns comparativos entre as últimas eleições no Brasil, foram organizados neste trabalho, da forma mais clara possível, os bancos de dados do CESOP/ ESEB dos anos de 2002 e 2006, (estes dados encontram-se no APÊNDICE 14 e APÊNDICE 15) seguindo a organização realizada no banco de dados da pesquisa de 2010.

Sendo assim, as variáveis do banco de dados ESEB 2002 foram trabalhadas exatamente da mesma forma de suas equivalentes no banco de dados ESEB 2010. Ressalta-se, contudo, que não existiam em 2002 algumas questões inseridas no modelo de 2010, tais como a que se refere à zona de residência. Além disso, a variável referente ao pertencimento ao Programa Bolsa Família, que também não existia, inclusive porque no ano de 2002 este programa ainda não havia sido criado.

Por outro lado, o banco de dados de 2002 contém uma variável fundamental para a análise proposta no presente trabalho; variável que curiosamente não está presente no banco de dados de 2010: a variável “opinião sobre a pessoa de Lula”.

Desta forma, esta variável, “opinião sobre Lula”, do banco de 2002 foi selecionada aqui para compor a análise da popularidade de Lula. Esta variável é escalar e suas categorias originais formam uma escala de 0 a 10, onde 0 corresponde a “não gosta do político” e 10 “gosta muito do político”, além das categorias “não conhece”, “indiferente”, “não sabe” e “não respondeu”. Essa variável categórica, foi organizada da seguinte forma:

- 1- Não gosta/ gosta pouco do político (utilizando as escalas de 0 a 4).
- 2- Não gosta nem desgosta / Indiferente (utilizando a escala do meio e a categoria Indiferente).
- 3- Gosta/ gosta muito do político (utilizando as escalas de 6 a 10).
- 4- Não conhece / NS/ NR (utilizando as categorias Não conhece, Não Sabe e Não Respondeu).

Ainda foi criada uma variável binária para ser incluída nos testes do modelo de regressão das eleições de 2002 a partir da mesma variável:

1= Avaliação Pessoal Positiva e

0= Outras Avaliações (NEGATIVA, INDIFERENTE, NS/NR).

Verificou-se que no banco de 2006 também havia algumas diferenças em termos de organização e disponibilidade de variáveis em relação aos bancos de 2002 e 2010, que em alguns casos inviabilizaram comparações entre os bancos.

O caso mais relevante dentre os observados foi o caso da variável renda familiar que no banco de 2006 estava categorizada por faixas com valores fechados em Reais, porém cujo valor atribuído ao salário mínimo na pesquisa não correspondia ao valor efetivo do salário pago na época<sup>16</sup>.

Não havia as variáveis: cor, zona da residência e pertencimento ao Programa Bolsa Família (presentes no banco dados de 2010) e também não havia a variável “opinião sobre a pessoa de Lula” (presente no banco de dados de 2002).

### **3.2 Os Determinantes do Voto**

Cuidou-se, nesta dissertação, de elaborar um modelo explicativo para o voto em Dilma a partir de análise de regressão logística binária, usando o software SPSS (variável dummy: se votou em Dilma, 1; e se votou em Serra, 0; os entrevistados que não votaram nas eleições por quaisquer motivos foram excluídos da análise – 150 casos).

As variáveis foram organizadas conforme já indicado no item 3.2 – Metodologia, de forma com que todas as variáveis inclusas no modelo apresentassem um formato de variável binária a fim de facilitar a observação e a análise sem perder detalhes importantes de cada uma dessas variáveis.

A partir da observação cuidadosa das tabelas de contingência dispostas no capítulo anterior, e também da análise de correlação das variáveis verificadas, testou-se um modelo de regressão com as seguintes variáveis independentes: sexo, cor, faixa etária, faixa de renda familiar, escolaridade, religião, zona residencial, região brasileira, avaliação do governo anterior, preferência partidária, voto na eleição anterior e pertencimento ao programa Bolsa Família, conforme pode ser observado no APÊNDICE 16.

Após avaliação deste modelo, elaborou-se um modelo menor, contendo apenas as variáveis de grande relevância teórica e aquelas que apresentavam significância, para melhorar a parcimônia do modelo, observa-se ainda que o chi-quadrado e a significância do modelo aumentaram neste formato, disposto na Tabela 06 abaixo.

---

<sup>16</sup> Valor corrente do salário mínimo em 2006 era R\$ 350,00. Valor atribuído ao salário mínimo no banco ESEB 2006 era R\$ 260,00.

**Tabela 06**  
**Regressão Logística Binária do banco de dados ESEB 2010**

VARIÁVEL	CATEGORIA	B	Sig.	Exp(B)
COR	COR BRANCA	-,389	,002	,678
	ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	Referência		
ESCOLARIDADE	PRIMÁRIO COMPLETO À GINÁSIO INCOMPLETO	-,141	,453	,869
	GINÁSIO COMPLETO À COLEGIAL INCOMPLETO	-,271	,182	,762
	COLEGIAL COMPLETO À UNIVERSTÁRIO INCOMPLETO	-,109	,566	,897
	UNIVERSITÁRIO COMPLETO OU MAIS.	-,504	,073	,604
RELIGIÃO	CATÓLICA	Referência		
	EVANGÉLICA	-,422	,003	,656
	ATEU/ SEM RELIGIÃO	,304	,135	1,356
REGIÃO BRASILEIRA	SUDESTE	Referência		
	NORTE	-,012	,958	,988
	NORDESTE	,264	,082	1,302
	CENTRO-OESTE	-,451	,042	,637
	SUL	-,243	,160	,785
AVALIAÇÃO DO GOVERNO	AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO	1,768	,000	5,860
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	PREFERÊNCIA PELO PSDB	-2,113	,000	,121
	PREFERÊNCIA PELO PT	1,854	,000	6,388
VOTO EM LULA	VOTOU LULA EM 2006	1,363	,000	3,908
BOLSA FAMÍLIA	É BENEFICIÁRIO DO BOLSA FAMÍLIA	,137	,402	1,147
	Constant	-2,167	,000	,115

Chi-square 19,419

df 8

Sig. ,013

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

Um dos componentes chaves na interpretação de uma regressão logística binária como a presente na Tabela 06 é a Razão de Chance – *odds ratio* - *Exp (B)*. A partir da análise deste componente, percebeu-se que, observando especificamente a variável cor auto-declarada, o eleitor de cor branca possui 32,2% a menos de chance de votar em Dilma do que o eleitor de cor não branca.

No que diz respeito à escolaridade, aqueles eleitores que possuem um nível de escolaridade mais elevado, ou seja, possuem curso superior completo ou mais escolaridade, apresentam 39,6% de chance a menos de votar em Dilma do que os eleitores de menor escolaridade.

Analisando-se a religião dos entrevistados, verifica-se que ser membro de alguma denominação religiosa evangélica diminui as chances de votar em Dilma em 34,4% em relação aos católicos.

Sob o critério da região geográfica de residência do eleitor, tendo como referência a região Sudeste, observa-se que morar na região Centro-Oeste diminui em 36,3% as chances de votar em Dilma, e que morar na região Nordeste aumenta em 30,2% as chances de votar em Dilma.

Todas estas variáveis analisadas acima apresentaram significância de até 90%, mas, como se verá, as variáveis analisadas mais abaixo nesta seção são aquelas que apresentaram significância muito alta e razões de chance também muito altas.

Primeiramente, a análise da variável relativa ao partido de preferência, mostra que ter preferência pelo PT aumenta em nada menos que 538,8% as chances do eleitor votar em Dilma, enquanto que ter preferência pelo PSDB diminui em 87,9% as chances de votar em Dilma.

No que diz respeito à avaliação do governo anterior, verifica-se que entre os eleitores que avaliaram positivamente o governo Lula no momento do período eleitoral, aumentam em 486% as chances de votar em Dilma.

E quanto ao voto nas últimas eleições, os dados mostram que quem declarou ter votado em Lula nas eleições de 2006 tem 290,8% a mais de chances de votar em Dilma do que aqueles eleitores que declararam não ter votado em Lula nas eleições de 2006.

As análises apresentadas nas sessões seguintes utilizam esta tabela como base.

### **3.3 – O voto com base na avaliação do governo anterior**

A análise da influência que a avaliação sobre o governo anterior pode exercer sobre a decisão do voto foi comprovada estatisticamente no modelo descrito acima. Autores brasileiros também reconhecem esta relevância dos resultados da avaliação do governo anterior para a explicação da decisão de voto do eleitor, como é o caso, por exemplo, de CASTRO (1994), FIGUEIREDO (2003), RENNÒ e CABELLO (2010), PEIXOTO e RENNÓ (2011), entre outros. Há posições defendendo a existência do voto retrospectivo que, basicamente, consideram o resultado da avaliação do governo anterior e outras variáveis de cunho econômico para explicar o voto em Lula.

RENNÓ (2010), por exemplo, segue nesta direção, atribuindo pequeno relevo aos atributos pessoais de Lula, e por conseguinte, atribuindo ao Lulismo uma vida curta, considerando que este fenômeno político tem dependência total do desempenho econômico do seu governo e em outros fatores circunstanciais. Nesse sentido ele afirma que o lulista é um eleitor desalinhado e que, portanto é “influenciado por suas redes pessoais ou sua avaliação retrospectiva do desempenho do governo”.

Na mesma direção, entendendo o voto como retrospectivo, porém através de uma abordagem mais simplificada, Figueiredo (2003) defende que o voto pode ser entendido como expressão da situação da opinião pública dentro do contexto pré-eleitoral, considerando o resultado da avaliação do governo anterior como sendo este “estado da opinião pública”, capaz de se mostrar determinante do resultado da eleição presidencial.

Segundo essa abordagem, a situação da opinião pública no ano de 2010 foi “substancialmente diferente” do que se observaram nas outras eleições pós-redemocratização, tendo como fato mais importante para essa diferença os altos níveis de popularidade e aprovação do governo do Presidente Lula. A Tabela 07 abaixo mostra a evolução da avaliação presidencial em anos eleitorais.

**Tabela 07<sup>17</sup>**

Evolução da avaliação presidencial em anos eleitorais 1989/2010

Presidente	Avaliação		
	Ótimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
Sarney (mar/90)	9%	34%	56%
Itamar Franco (dez/94)	41%	48%	8%
FHC (set/98)	43%	37%	17%
FHC (out/02)	23%	42%	32%
Lula (dez/06)	52%	34%	14%
Lula (out/10)	83%	13%	3%

Fonte: *Instituto Datafolha*, 1990; 1994; 1998; 2002; 2006; 2010.  
Elaborado por ROCHA, ZAAK SARAIVA e ORNELAS (2012) com base em FIGUEIREDO (2003)

Esse modelo de Figueiredo, embora menos sofisticado por se basear em análise descritiva, especialmente porque se utiliza uma única variável, mostra-se explicativo quanto à predição dos resultados eleitorais no tempo, em termos do voto retrospectivo, associando o índice de aprovação do governo que antecede a eleição com o desempenho do candidato de sucessão nas urnas.

Considera-se, porém, ser um modelo relativamente simples no que diz respeito à compreensão dos determinantes do voto em Dilma Rousseff, diferente do que pretende o presente trabalho. Persegue-se aqui, portanto um modelo explicativo mais complexo, mas é preciso constatar-se que mesmo nesse tipo de construção a variável “avaliação do governo anterior” se mostra também significativa em termos de sua capacidade de explicar, em partes a decisão de voto do brasileiro, como pode ser observado na tabela de regressão, Tabela 06. A surpresa, porém, foi constatar-se que a variável preferência partidária aparece com um poder explicativo ainda maior.

Além disso, Lício, Rennó e Castro (2009) discutem a relevância do Programa Bolsa Família para a decisão de voto do brasileiro, num viés retrospectivo, a partir do tratamento de dados da pesquisa Barômetro das Américas de 2008, eles afirmam que

“há evidências de que o comportamento eleitoral está relacionado com o fato de pertencer ao Programa Bolsa Família. No que se refere à atitude dos beneficiários do Programa, a porcentagem de voto em Lula foi cerca de 15% maior no primeiro

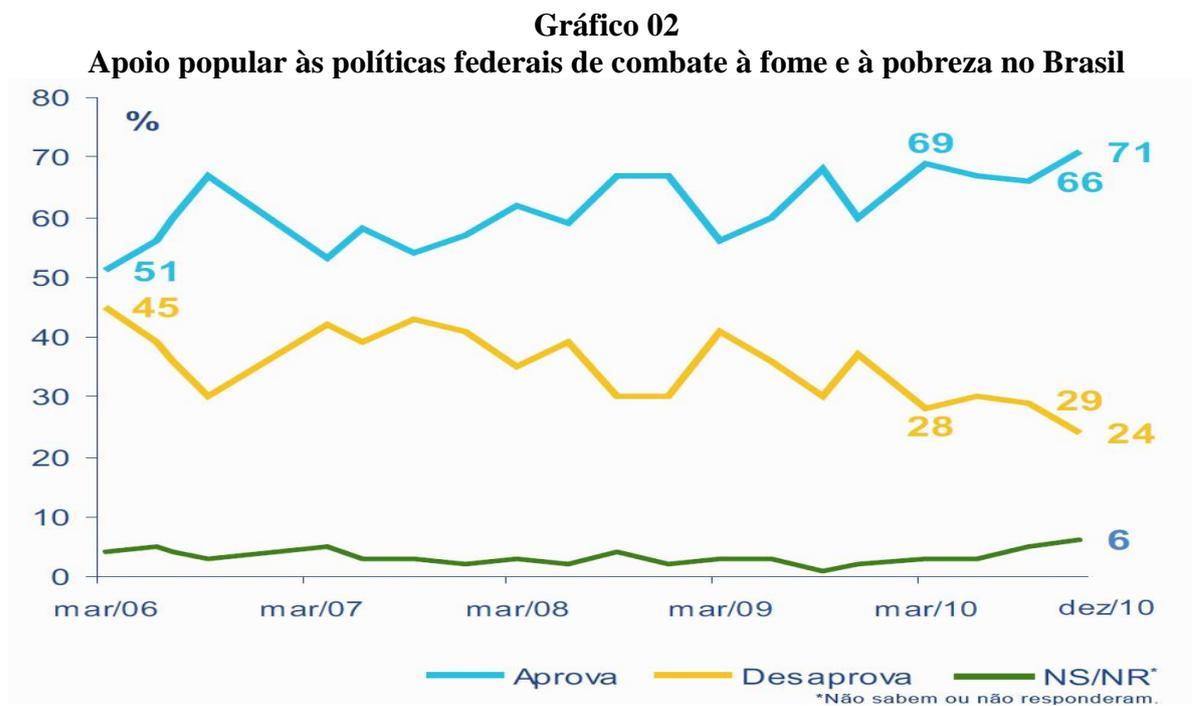
<sup>17</sup> Na elaboração desta tabela, conservou-se o formato original de Figueiredo (2003), com arredondamentos inteiros para os percentuais, agregando-se os dados das pesquisas posteriores de 2006 e 2010 do próprio DataFolha.

e segundo turnos de 2006, e 22% maior caso a eleição ocorresse no momento de realização da entrevista. Sob o ponto de vista do comportamento eleitoral, portanto, isso mostra que os beneficiários do Programa Bolsa Família possuem maior tendência a votar em Lula do que os não-beneficiários. (2009, p.43)

Os autores relacionam o pertencimento ao Programa Bolsa Família ao voto e à melhor avaliação do governo e do presidente. Eles afirmam que “os beneficiários do Programa tendem a votar mais em Lula, além de avaliar o governo federal e o trabalho do presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários.” (LÍCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009, p. 48).

Contudo, o modelo de regressão logística desenvolvido no presente trabalho demonstra a pequena participação, ou melhor, a ausência de influência que o pertencimento ou não ao programa Bolsa Família traz à explicação do voto em Dilma nas eleições de 2010. Ao observar-se a tabela de correlações, apresentada no capítulo “2. Eleições Presidenciais no Brasil”, podemos perceber que existe correlação forte entre o voto em Dilma e a participação no programa. No entanto, foi possível confirmar estatisticamente, por meio do modelo de regressão, que não existe causalidade da variável “pertencimento ao Bolsa Família” sobre o voto em Dilma.

Neste sentido, torna-se relevante notar que as políticas sociais criadas pelo governo Lula são aprovadas por setores muito mais amplos do que aquele formado pelos beneficiários dos referidos programas sociais. Como exemplo, tome-se o Gráfico 2, abaixo.



Fonte: Pesquisa CNI – IBOPE: Avaliação do governo e expectativa com relação ao novo governo – (dez. 2010)

O Gráfico 02 demonstra que em dezembro de 2010, ao final do governo Lula, a aprovação às suas políticas sociais – onde se inclui o Programa Bolsa Família – era da ordem de 71%, percentual significativamente maior do que o da população atendida pelos programas sociais.

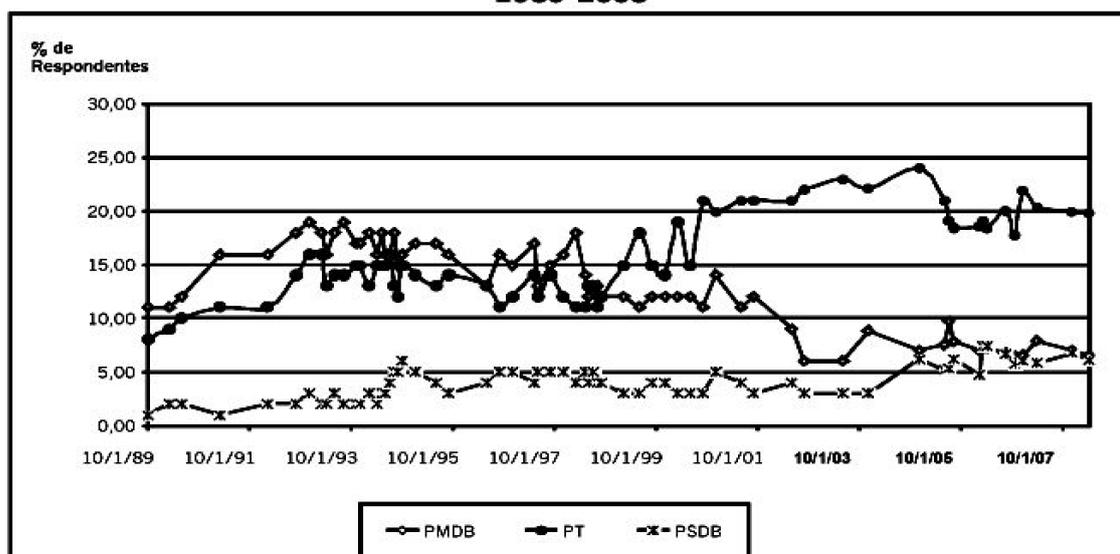
Segundo afirma o próprio relatório da pesquisa CNI-IBOPE (2010), “o nível de aprovação às políticas de combate à fome e à pobreza atinge seu maior patamar (71%) e é a área com a melhor avaliação. A desaprovação caiu cinco pontos e o saldo nessa área é o melhor dentre todas as avaliadas.” (PESQUISA CNI-IBOPE, 2010, p. 14).

### 3.4 – O voto e o partidarismo.

No quadro brasileiro “pós-ditadura militar”, três partidos nacionais, PT, PMDB, e PSDB, mantêm algum nível de preferência entre os eleitores, segundo Samuels (2008), níveis estes que apontam para uma razoável estabilidade se considerarmos a multiplicidade e complexidade do cenário político-partidário brasileiro<sup>18</sup> no período abordado (1989 – 2007).

No Gráfico 3 abaixo, o autor apresenta o cenário da evolução da preferência partidária desde 1989, desagregado para os três maiores partidos brasileiros, com base em dados do Instituto Datafolha.

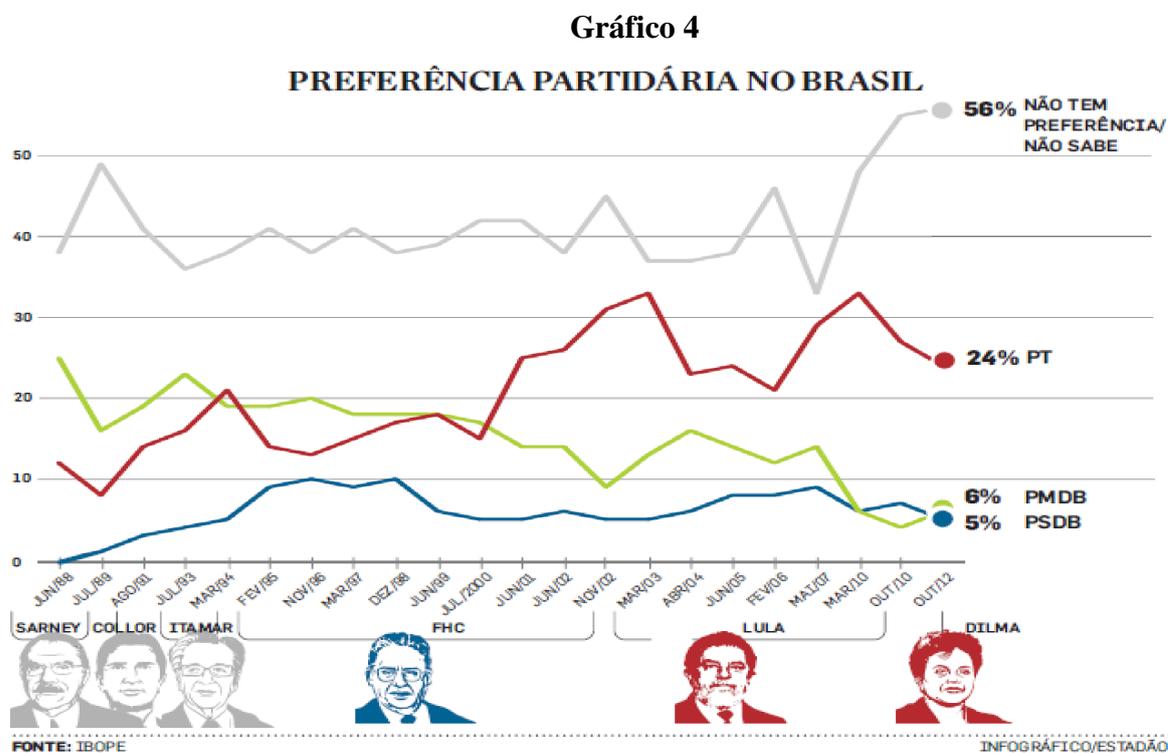
**Gráfico 3**  
**Evolução da Preferência Partidária no Brasil, 1989-2008**



**Fonte:** Datafolha, 1989; 1991; 1993; 1995; 1997; 1999; 2001; 2003; 2005; 2007.  
**Elaborado por Samuels (2008, p.305)**

<sup>18</sup> David Samuels (2008), apresenta o cenário da evolução da preferência partidária no Brasil desde 1989 até 2008, para cada um dos três maiores partidos brasileiros, com base em dados do Instituto Datafolha.

O Jornal O Estado de São Paulo preparou um gráfico da evolução da preferência partidária no Brasil mais atual, apresentando dados do IBOPE que cobrem desde o princípio do período democrático até o ano de 2012. O quadro (Gráfico 4) indica a estabilidade das informações apresentadas por Samuels (2008).



Apesar de ser observável que um percentual substantivo de eleitores não tenha preferência por nenhum partido, a identificação partidária declarada no Brasil é relevante para a explicação do voto e para a compreensão do comportamento político do brasileiro, principalmente se devidamente relativizada, considerando-se as características do sistema político-eleitoral brasileiro, que segundo alguns autores contemporâneos, apresenta nuances que inibem a consolidação de uma identidade partidária, como afirmam, por exemplo, Samuels (1997) e Carey & Shugart (1995).

Carreirão e Kinzo (2004) constatam que entre 1989 e 2002, a proporção de eleitores que manifestaram preferência por algum partido oscilou várias vezes dentro do período, com um mínimo de 41% e um máximo de 54% dos eleitores brasileiros. Os autores concluem desta forma que a preferência é um fenômeno que não pode ser desprezado no Brasil, apesar de não ser majoritário.

No mesmo sentido, o Gráfico 4, acima apresenta resultados que demonstram a atualidade da constatação dos autores, uma vez que observa-se 44% de eleitores que declaram em 2012 ter preferência por algum partido político.

Assim como outros autores inseridos no debate acerca do comportamento eleitoral no Brasil, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) afirmam que, no caso brasileiro, os sentimentos partidários são “relativamente fortes na estruturação do comportamento eleitoral” (2011, p.362). Eles afirmam que

[...] há diferenças interessantes entre eleitores que manifestam sentimentos em relação ao PT e ao PSDB, quanto a atitudes relativas a temas políticos relevantes; além disso, mostra, também, que esses sentimentos estão, ainda, fortemente associados ao voto para presidente. (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2011 - p. 333).

Os resultados dos testes estatísticos efetuados no escopo deste trabalho comprovam esta relevância do partidarismo para a explicação do voto no Brasil, principalmente através da observação dos resultados da análise do modelo de regressão apresentada na Tabela 06, em que a preferência partidária é a variável explicativa mais expressiva para a explicação do voto em Dilma nas eleições de 2010.

A preferência partidária também é responsável por grande parte da explicação do voto em Lula nas eleições de 2002 e 2006, respectivamente, como pode ser observado nas tabelas dispostas nos Apêndice 14 e Apêndice 15.

### **3.5 – O voto e o Lulismo.**

Pretende-se ainda discutir neste estudo a importância da liderança pessoal de Lula para a decisão de voto do eleitor em 2010. Porém, como no questionário do ESEB 2010 curiosamente não foram incluídas questões que permitam a realização direta dessa análise, e nos questionários das pesquisas de 2002 e 2006 existe esta questão, a proposta é replicar o modelo elaborado para as eleições de 2002 e 2006 incluindo a avaliação pessoal de Lula, (vide ANEXO 14 e ANEXO 15). E em seguida, identificar a capacidade de transferência de votos de Lula para a sua candidata a sucessão no ano de 2010.

Além disso, são apresentados dados secundários de pesquisas publicadas antes das eleições de 2010 por grandes institutos como CNT/ SENSUS (Tabela 08 e Tabela 09) e DATAFOLHA (Tabela 10) acerca da popularidade do então presidente Lula.

Dada a ausência desta variável no questionário do ESEB 2010, como disposto acima, foi desenvolvida, sem antecedentes conhecidos na literatura, uma Proxy, por meio da construção de uma variável que tenta demonstrar a capacidade de transferência de votos do então presidente Lula para a sua então candidata à sucessão Dilma Rousseff.

Para a construção desta variável foi feita a união de 3 questões presentes no banco de dados da pesquisa de 2010: “Em quem votou nas eleições de 2006”, “Em quem votou nas eleições de 2010” e “Avaliação do Governo Lula”

Considera-se que houve transferência de votos quando:

- (1) votou Lula em 2006;
- (2) votou Dilma em 2010 e
- (3) Avaliou positivamente o Governo Lula.

Nesse sentido, assume-se que quando houve transferência de votos de Lula para Dilma usou-se 1 e quando NÃO houve transferência de votos de Lula para Dilma usou-se 0.

Ao cruzar a nova variável “transferência de votos” com a variável “voto em Dilma”, temos que em 81,2% dos votos em Dilma houve transferência e em 18,2% dos casos não houve transferência de votos, ou seja, este é o caso de quem votou em Dilma em 2010, mas ou não votou em Lula em 2006 ou não avaliou positivamente o governo Lula.

**TABELA 08**  
**VOTO DILMA \* TRANSFERENCIA DE VOTOS Crosstabulation**

		TRANSFERENCIA DE VOTOS		Total
		NÃO	SIM	
VOTO DILMA	NÃO VOTOU DILMA	788 100,0%	0 ,0%	788 100,0%
	VOTOU DILMA	200 18,8%	862 81,2%	1062 100,0%
Total		988 53,4%	862 46,6%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

Considerando que  $p < 0,05$  ( $p = 0,000$ ), conforme Tabela 8.1, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de independência entre as variáveis.

**Tabela 8.1**  
**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1197,633 <sup>a</sup>	1	,000		
Continuity Correction <sup>b</sup>	1194,373	1	,000		
Likelihood Ratio	1528,500	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	1196,986	1	,000		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 367,17.

b. Computed only for a 2x2 table

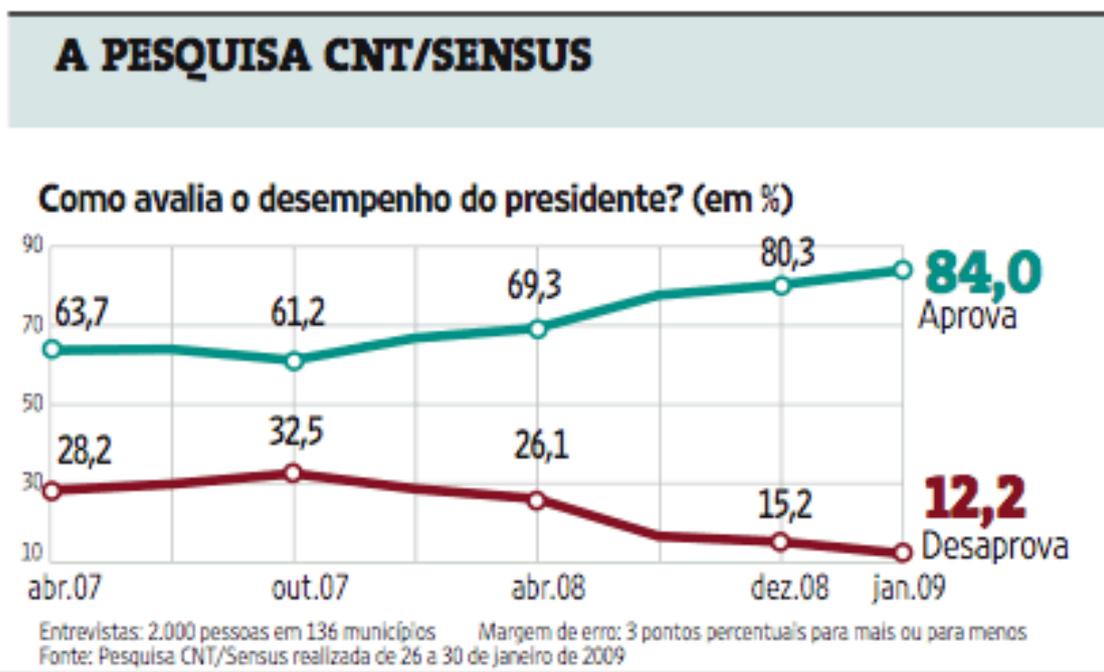
Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

Este resultado pode ser interpretado como um forte indício da relevância do apoio do então presidente Lula à candidatura de Dilma, afinal considerou-se o histórico eleitoral de Lula e o desempenho do seu governo para construir esta Proxy, permitindo assim a defesa da proposição de que a decisão do voto não pode ser considerado como sendo exclusivamente retrospectivo e econômico, ao contrário do que afirma Rennó (2010).

No Gráfico 05 abaixo é possível observar a notória aprovação do desempenho do presidente Lula que chegou em 2009 a 84% de aprovação popular em pesquisa CNT/ SENSUS.

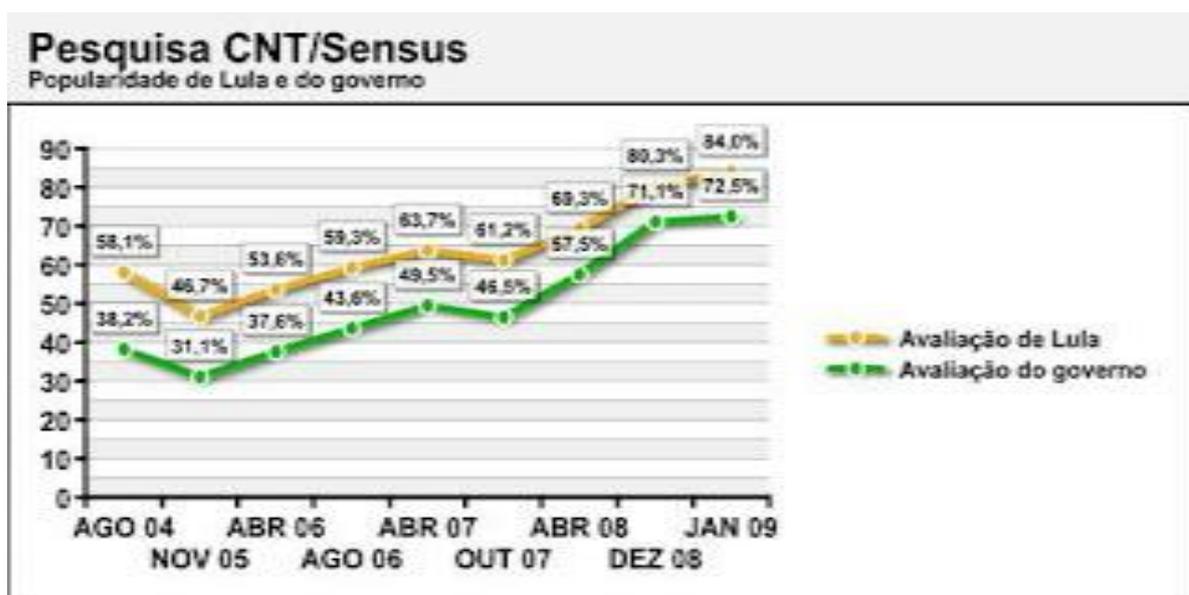
**Gráfico 05**



Fonte: Folha de São Paulo  
Adaptado pela autora.

Igualmente ao gráfico acima, no Gráfico 06 abaixo é possível observar a popularidade de Lula, contudo neste caso os dados são dispostos com um recorte temporal maior, cobrindo desde o ano de 2004 até 2009, e apresentam um comparativo entre a avaliação pessoal do presidente com a avaliação do seu governo no mesmo período. O que se pode observar é que a popularidade do presidente Lula esteve, ao longo de toda a série observada, maior do que a avaliação do seu governo.

**Gráfico 06**



Fonte: Folha de São Paulo

No Gráfico 07 abaixo, publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 28 de março de 2010 - p. A4 com dados do Datafolha, a evolução dos resultados da avaliação pessoal do presidente Lula apresenta percentuais menores do que aqueles observados nos gráficos das pesquisas CNT/ SENSUS, mas mesmo estes percentuais são incontestavelmente altos.

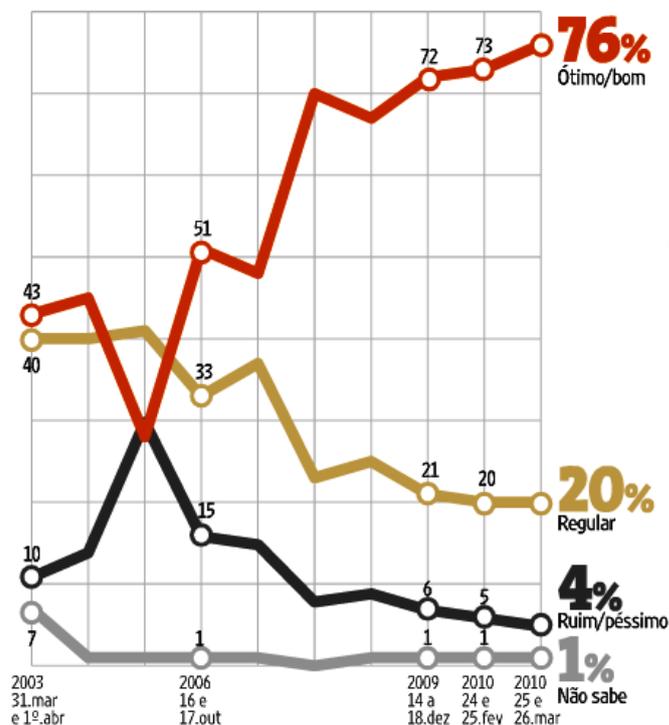
Em outras palavras, de acordo com o Datafolha Lula alcançou 76% de aprovação pessoal em 2010, depois de uma série de aprovação ascendente durante quase todo o seu governo – com poucas exceções como ocorreu no ano de 2005 durante os escândalos de corrupção que dominaram a mídia no final do primeiro mandato do seu governo.

## GRÁFICO 07

### DATAFOLHA

#### AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE LULA

Resposta estimulada e única, em %

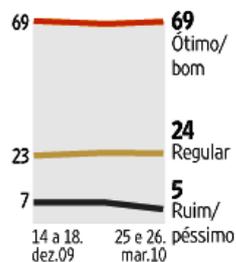


**28 pontos**

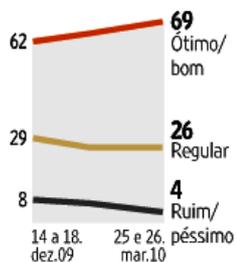
é o quanto aumentou a popularidade de Lula em três anos; em março de 2007, 48% consideravam que o presidente fazia um governo ótimo ou bom

#### POR REGIÃO

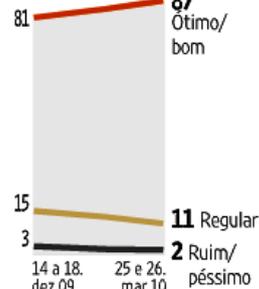
##### Sudeste



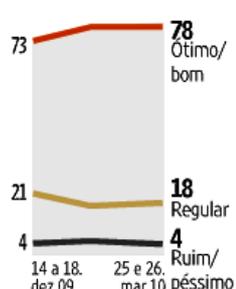
##### Sul



##### Nordeste

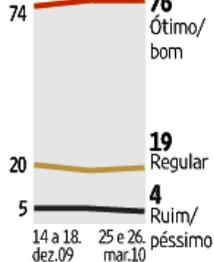


##### Norte/C. Oeste

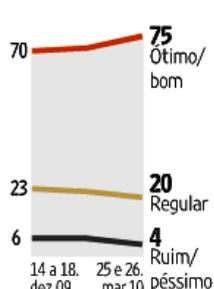


#### POR SEXO

##### Masculino



##### Feminino



#### IDADE

Idade	Ótimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
16 a 24 anos	74	23	3
25 a 34	76	19	3
35 a 44	79	18	3
45 a 59	75	19	5
60 ou mais	73	20	7

#### ESCOLARIDADE

Escolaridade	Ótimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
Fundamental	79	17	3
Médio	74	22	4
Superior	70	24	6

#### RENDA

Renda	Ótimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
Até 5 SM	77	19	4
De 5 a 10	70	25	5
Mais de 10	68	26	6

Fonte: pesquisa Datafolha feita nos dias 25 e 26 de março com 4.158 eleitores; a margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos

Fonte: Folha de São Paulo, 28/03/2010, pag. A4

### 3.6 O Lulismo e o Petismo

Apresenta-se, ainda para completar o argumento acerca da importância do apoio de Lula para a vitória de Dilma nas eleições de 2010, dados comparativos da associação, por parte da população, entre Lula e outros políticos de visibilidade nacional e suas respectivas filiações partidárias.

Tal comparação proposta se justifica, entre outras razões, nas afirmativas de autores como Samuels (2004), para quem, embora o personalismo seja arraigado na cultura política Brasileira, o caso de Lula aparece como exceção nesse quadro, e embora a identificação partidária não seja estabelecida na cultura política brasileira, o caso de seu partido o PT aparece também como exceção.

Para Samuels (2004), Lula e o PT são exceções justamente porque, ao contrário das outras agremiações, o PT não depende totalmente de Lula para obter um nível mínimo de identificação partidária no eleitorado. Muito embora esse autor deixe clara a constatação de que o PT não está livre de sua conexão a um único líder político, Lula.

Como poderá ser observado nas tabelas seguintes (Tabela 9, Tabela 10, Gráfico 07 e Gráfico 08), a grande associação que a população faz entre Lula e seu partido político, o PT, é exclusiva a este político e seu partido.

Isto sugere, entre outras razões, que o Lulismo difere do tradicional personalismo existente no Brasil e o diferencia de políticos como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco e José Sarney, que assim como Lula, são ex-presidentes e trabalharam abertamente seus apoios a determinadas candidaturas nas eleições de 2010.

Da mesma forma, o PT se diferencia de outros partidos políticos, pois, “embora existam vários partidos eleitoralmente fortes no país, a identificação partidária é relativamente fraca para todas as organizações, exceto para o PT.” (SAMUELS, 2004, p.225).

As comparações propostas foram feitas a partir da questão 88 do questionário ESEB 2010 (Anexo 1), referentes às variáveis v166 à v182 e mostram a forma com que a população relaciona espontaneamente o político Lula com o seu partido PT e também mostra como a mesma associação acontece em medidas consideravelmente menores no caso dos demais políticos.

**TABELA 9**

<b>Percentual de Conhecimento do Eleitor sobre o Partido de Filiação dos Candidatos e Outros Políticos</b>																	
	<b>AÉCIO NEVES / PSDB</b>	<b>ALOÍSIO MERCADANTE / PT</b>	<b>CIRO GOMES / PSB</b>	<b>EDUARDO SUPLICY / PT</b>	<b>FHC / PSDB</b>	<b>ITAMAR FRANCO / PPS</b>	<b>JORGE BORNHAUSEN / DEM</b>	<b>JOSÉ ANÍBAL / PSDB</b>	<b>JOSÉ DIRCEU / PT</b>	<b>JOSÉ SARNEY / PMDB</b>	<b>JOSÉ SERRA / PSDB</b>	<b>LULA / PT</b>	<b>MARCO MACIEL / DEM</b>	<b>MARINA SILVA / PV</b>	<b>MICHEL TEMER / PMDB</b>	<b>PEDRO SIMON / PMDB</b>	<b>ROSEANA SARNEY / PMDB</b>
<b>SABE QUAL É O PARTIDO (%)</b>	20	26	4,1	31	40	0,8	2,4	2,5	37	25	68	94	4,5	70	16	8,6	17
<b>NÃO SABE DE QUAL PARTIDO É (%)</b>	54	52	70	54	47	65	54	56	50	59	24	4,8	63	25	55	58	64
<b>NR / NÃO CONHECE O CANDIDATO (%)</b>	19	19	7,1	11	1,6	5,8	40	38	8,8	2,8	0,5	0,3	20	1,1	18	30	11
<b>RESPONDEU OUTRO PARTIDO (%)</b>	6,9	2,8	19	4,2	11	29	3,2	4	4,2	13	7,2	1,5	12	4,5	11	4,2	8,1
<b>Total (%)</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

A pesquisa ESEB 2010 selecionou os nomes de alguns políticos de relevo no cenário eleitoral nacional para serem pesquisados, como ex-presidentes, presidenciáveis em 2010, além de pré-candidatos à presidência em 2010, 2006 e 2002 e outros políticos de larga carreira e que entraram no ano de 2010 em visibilidade na mídia brasileira.

É interessante pontuar o fato de que nenhum dos políticos pesquisados está, nem de longe, tão associado ao seu próprio partido (pelo eleitor) quanto Lula está associado ao PT, com 93,6% de associação. Este é um fator que, somado à ausência da influência da participação no Programa Bolsa Família na explicação do voto, e a presença da preferência partidária pelo PT dos eleitores de Dilma, permite entender que o voto em Lula ou em sua sucessora não pode ser considerado um voto puramente retrospectivo, econômico, desinformado e desalinhado como afirmaram RENNÓ e CABELLO (2010). Afinal neste

caso o eleitor reconhece o partido de Lula com grande assertividade, demonstrando algum nível de informação sobre política, e nível maior de alinhamento entre a sua preferência partidária e seu voto, como demonstrado.

A fim de facilitar a visualização das possíveis comparações, foram organizados cenários com grupos distintos. A primeira comparação apresentada será do grupo de ex-presidentes do Brasil, e observa-se que há uma grande diferença entre os percentuais. Os dados mostram que Lula é um político muito conhecido, uma vez que apenas 0,3% dos pesquisados afirmam não o conhecerem, e o mais associado ao seu partido entre todos os outros ex-presidentes que entraram na pesquisa.

Lula apresenta, por exemplo, 53,6% de diferença para com Fernando Henrique Cardoso (40%), que é o ex-presidente que apresenta o segundo maior percentual de associação correta com o seu partido, o PSDB.

**TABELA 10**

<b>Percentual de Conhecimento do Eleitor sobre o Partido de Filiação dos Candidatos e Outros Políticos<sup>19</sup></b>				
<b>Ex- Presidentes:</b>	<b>LULA / PT</b>	<b>FHC / PSDB</b>	<b>ITAMAR FRANCO / PPS</b>	<b>JOSÉ SARNEY / PMDB</b>
<b>SABE QUAL É O PARTIDO</b>	93,6	40	0,8	24,5
<b>NÃO SABE DE QUAL PARTIDO É</b>	4,8	47,3	64,6	59,4
<b>NR / NÃO CONHECE O CANDIDATO</b>	0,3	1,6	5,8	2,8
<b>RESPONDEU OUTRO PARTIDO</b>	1,5	11,2	28,9	13,4
<b>Total</b>	100	100	100	100

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

O grupo de políticos mais populares e com o maior número de acerto na associação com os seus respectivos partidos é o grupo dos políticos que concorreram nas eleições de 2010 como candidatos a presidente. Inclui-se neste grupo, o candidato a vice-presidente

<sup>19</sup> É importante registrar que o recentemente falecido político Itamar Franco, ex-presidente da república, ex-governador de Minas e duas vezes senador por esse Estado, filiou-se ao PPS para concorrer às eleições 2010, tendo contudo construído uma grande carreira pelo PMDB desde suas primeiras eleições para prefeito de Juiz de Fora (anos 1960) e a senador (anos 1970) num total de 39 anos nesse partido, se considerado o MDB, e talvez por isso o percentual mostrado na tabela seja tão baixo, mas no caso dos ex-presidentes FHC e Sarney, sua filiação aos respectivos partidos remonta a décadas.

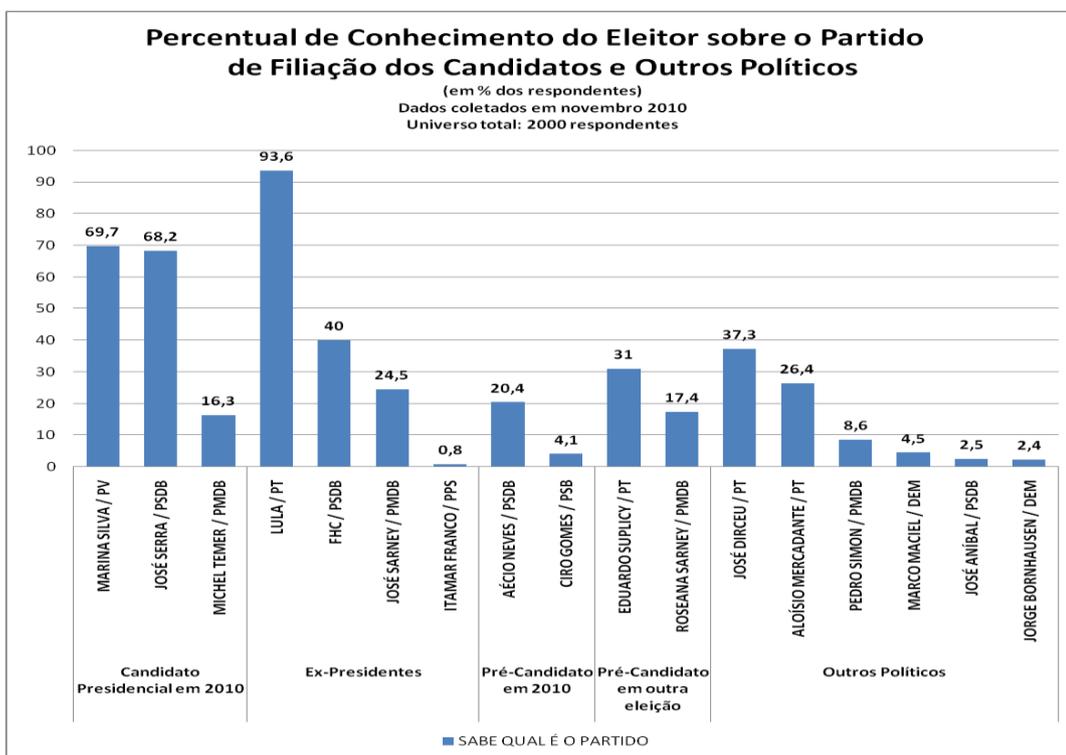
Michel Temer, que aparece no gráfico com um percentual menor de associação entre o seu nome e sua filiação partidária, com 16,3%, sendo que Marina Silva e José Serra aparecem praticamente empatados com 69,7% e 68,2%, respectivamente.

Faz-se importante ressaltar que estes nomes estavam, no momento em que a pesquisa foi realizada, em grande evidência na mídia e foram expostos pelas grandiosas campanhas eleitorais levadas a cabo pouco tempo antes da aplicação dos questionários. Mesmo assim a diferença entre o percentual de acerto na associação entre os políticos desse grupo e suas legendas partidárias e o percentual de acerto na legenda de Lula foi de cerca de 25% (Marina Silva – 69,7%; José Serra – 68,2% e Lula – 93,6%).

Registra-se que os demais candidatos a presidente na eleição 2010, inclusive e principalmente Dilma Rousseff, não tiveram seus nomes incluídos nesta pergunta do questionário e, portanto os dados não foram dispostos.

Em seguida, o grupo que mais se destaca é o grupo de políticos que já foram pré-candidatos à presidente da república, tanto em 2010, como em eleições anteriores.

### GRÁFICO 8



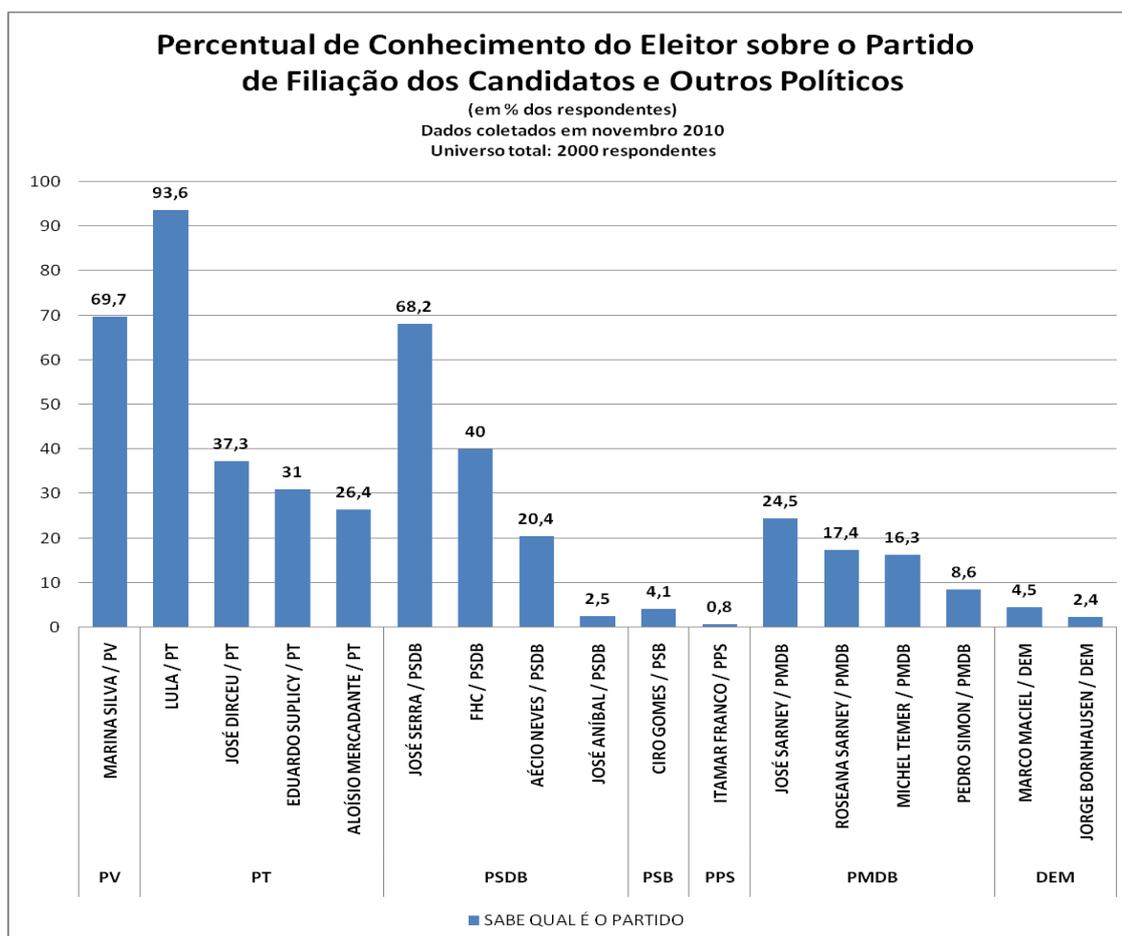
Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

Observando o gráfico anterior, é possível perceber que os políticos do PT são mais associados ao seu partido do que os políticos de outros partidos dentro do mesmo grupo pela população.

A fim de visualizar tal afirmativa sob outra ótica, foi elaborado outro gráfico (Gráfico 9) que contém os percentuais de acerto na associação entre os nomes e suas legendas partidárias de todos os políticos que tiveram seus nomes testados na pesquisa separados por partido político.

**GRÁFICO 9**



Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

Os dados permitem perceber que, com exceção dos candidatos na eleição ocorrida menos de um mês antes da aplicação dos questionários da pesquisa, ou seja, Marina Silva e José Serra, e do ex-presidente FHC, nenhum outro político ou grupo supera os políticos do PT em termos de sua associação ao partido pelo eleitor brasileiro em novembro de 2010.

Os dados também demonstram que, com exceção de Lula com 93,6%, e dos políticos que foram candidatos a presidente nas eleições de 2010 com percentual de quase 70 pontos, o nível de associação que o eleitor faz entre o político e o seu partido político é muito baixo, partindo de 0,8%, como no caso do ex-presidente Itamar Franco e chegando a um máximo

de 40%, como no caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja: pode-se afirmar, de maneira geral, que o eleitor brasileiro não conhece o partido ao qual o político pertence, mesmo no caso de políticos conhecidos pela ampla maioria dos eleitores, e a única exceção consistente é a do presidente Lula.

Esse fenômeno pode ser explicado por alguns fatores que já entraram em discussão na literatura especializada no Brasil<sup>20</sup>, quais sejam as trocas de partido político ao longo da trajetória pública, como nos casos, por exemplo, de Ciro Gomes<sup>21</sup> e Itamar Franco<sup>22</sup>, assim como pode ser explicado pelos traços do regime político brasileiro que acabam por propiciar ao candidato, incluindo os candidatos a cargos legislativos (e a maioria dos políticos iniciam as suas carreiras políticas pelo poder legislativo) a priorizarem as suas características e diferenciais pessoais em detrimento do partido em suas campanhas eleitorais, tornando a disputa mais personalista.

E nesse aspecto, David Samuels (1997) reafirma que o sistema brasileiro é um fator de estímulo ao comportamento personalista por parte dos eleitores, e também por parte dos próprios candidatos:

Em 1990, houve efetivamente 610 candidatos para deputado federal e 1.182 para deputado estadual apenas no distrito/Estado de São Paulo (Lamounier, 1989:57). Assim, ainda que nem todos os partidos preencham sua legenda, o número de candidatos efetivos e potenciais dentro do distrito é assombroso. Pelas regras do sistema de representação proporcional com listas abertas, se um político desejar sobressair nessa verdadeira escola de tubarões políticos, terá de dedicar uma boa soma de energia, se não todo o vigor possível, para ressaltar seus atributos pessoais, em vez de privilegiar os do partido (SAMUELS. 1997, p.: 5)

Ainda nesse sentido, Carey & Shugart, complementam:

O fator determinante sobre o quanto um candidato precisa distinguir-se dos seus colegas de partido é na verdade ditado pela razão entre o número de candidatos aprovados pelo partido naquele distrito e o número de vagas disponíveis, e não o número de vagas diretamente. Quanto maior a taxa candidato/vaga, maior a necessidade de reputação pessoal. Por exemplo, como Mainwaring (1991) observou, uma das características que fazem com que os legisladores brasileiros sejam mais personalistas do que os seus homólogos finlandeses é que no Brasil os partidos podem indicar candidatos nas eleições proporcionais em número até 1,5 vezes maior que o número de cadeiras disponíveis, enquanto que na Finlândia os partidos podem indicar apenas a quantidade de candidatos idêntica ao número de cadeiras. Assim, cada candidato brasileiro enfrenta mais colegas de partido com os quais ele deve diferenciar-se, do que os candidatos finlandeses, mesmo que o

---

<sup>20</sup> SAMUELS (1997), KINZO (2004), NICOLAU (2006).

<sup>21</sup> Partidos políticos aos quais Ciro Gomes já foi filiado: PDS (1979 - 1983); PMDB (1983 - 1988); PSDB (1988 - 1996); PPS (1996 - 2003) e PSB (2003 - atualidade).

<sup>22</sup> Partidos políticos aos quais Itamar Franco já foi filiado: PTB (1955-1964); MDB (1964-1979); PMDB (1980-1986); PL (1986-1989); PRN (1989-1992); PMDB (1992-2009) e PPS (2009-2011).

Samuels (1997), por vezes, nomeia a estratégia eleitoral dos candidatos brasileiros direcionadas a eles próprios como “*particularista*” ou “*individualista*” e estratégias eleitorais focadas nos partidos ou na ideologia como “*coletivistas*”, e atribui a todo um conjunto de elementos históricos e institucionais a predominância do particularismo individualista como a estratégia eleitoral predominante na história do Brasil.

Para ele, as regras partidárias, políticas e eleitorais acabam por perpetuar o individualismo e a solidificar o “*fisiologismo*” da política brasileira e assim terminam por desestimular nos partidos e nas candidaturas a adoção de estratégias coletivas e programáticas, e finalmente, impedem a emergência de partidos coesos.

Contudo, o próprio Samuels (2004) reconhece que há exceção no cenário político eleitoral brasileiro, uma vez que o Partido dos Trabalhadores se destaca como o único partido que conquistou uma considerável e estável preferência entre os brasileiros pós redemocratização, e marcou sua diferença dos outros partidos brasileiros em vários aspectos, principalmente com relação ao personalismo interno.

Cremos que o personalismo molda o petismo em grau considerável, mas concluímos, em outro trabalho, que o personalismo é relativamente sem importância para o petismo, em comparação com sua importância para os outros partidos (SAMUELS, 2004b). Além disso, vale a pena repetir que não “precisamos” do personalismo para caracterizar adequadamente um petista, pois pode-se prever com precisão quem será e quem não será petista, mesmo que os sentimentos dos brasileiros em relação a Lula não sejam incluídos.

A importância para o petismo da popularidade de Lula tem implicações substanciais para o futuro do PT. Ele continua a ser o único líder petista que pode atrair um número de adeptos bem maior do que o partido. Quando ele deixar o palco, podemos prever não somente uma difícil sucessão na liderança, como também algum grau de problemas para o partido em termos de sua capacidade de reter seguidores e assim continuar crescendo eleitoralmente. O partido ainda não está inteiramente livre de sua conexão a um único líder político, como acontece nos EUA, por exemplo, onde os dois maiores partidos podem apresentar um candidato à presidência mais ou menos competitivo independentemente de quem possa ser esse candidato. É claro que, em relação aos outros partidos, a situação do PT é bastante boa. Ou seja, os outros partidos dependem ainda mais de personalidades políticas para seu nível mínimo de identificação partidária no eleitorado. (SAMUELS 2004, p.238, 239)

### 3.7 Conclusão

Os dados demonstram como pode ser observado no modelo de regressão apresentado na Tabela 06 e nas análises dispostas ao longo do estudo, que a explicação para o voto em Dilma em 2010 é complexa, perpassando por três elementos distintos, sendo eles a aprovação ao governo Lula, o apoio popular que o então presidente desfrutava e, principalmente, a significativa preferência pelo PT.

A influência da avaliação positiva do governo Lula na decisão do voto, percebida nos dados do ESEB 2010, vai de encontro ao que dizem autores como Figueiredo e Rennó. Figueiredo (2003), como já visto anteriormente, desenvolveu um modelo explicativo do voto presidencial de caráter longitudinal em eleições recentes em que esta variável (a avaliação do governo) é a única variável independente. Apesar de esse modelo ter se mostrado eficiente – de certa forma – ao longo do tempo, ele é realmente bastante simples e não abrange a compreensão da complexidade que envolve o comportamento do eleitor, conforme demonstram os resultados aqui analisados.

Nesse sentido, as conclusões deste capítulo permitiram perceber a relevância substantiva de outras variáveis como a preferência partidária e voto na eleição anterior, sobre o voto em Dilma em 2010. No mesmo sentido de Figueiredo, os autores Rennó e Cabello (2010) afirmam que não há, na explicação do voto em Dilma, identificações partidárias ou identificações personalistas e que o “lulismo” seria um fenômeno que expressa o não alinhamento de parte da população, a inexistência de preferência partidária, a existência de fraca e inespecífica rejeição partidária e nenhum apego à pessoa do líder. Tal fenômeno – o Lulismo – é para os autores, orientado pela avaliação do governo.

Apesar da profundidade e riqueza da análise empreendida pelos autores Rennó e Cabello (2010), e do contributo que traz ao debate, os dados aqui trabalhados demonstraram que, ao contrário do que afirmam, a identificação partidária tem sim um forte efeito sobre o voto presidencial em 2010.

Peixoto e Rennó (2011) também valorizam o voto retrospectivo, em estudo sobre a eleição de 2010, atribuindo à avaliação do governo papel preponderante na explicação do voto, juntamente com a percepção de mobilidade social ascendente, mas concluem reconhecendo, por meio de uma contradição às afirmações de Rennó e Cabello (2010), que se pode “caminhar para uma proposta teórica mais abrangente, na qual a avaliação do

desempenho do governo e lealdades pessoais a líderes e partidos políticos passam explicar o voto do brasileiro de forma continua.” (2011, p.323)

Os resultados obtidos neste capítulo apontam que a avaliação positiva do governo Lula influenciou a decisão de voto em Dilma na eleição de 2010, mas ao contrário do que Rennó e Cabello (2010) afirmam, e conforme Peixoto e Rennó (2011) concluem a explicação para o voto é mais abrangente, levando em conta que a preferência partidária (preferência pelo PT) e a lealdade a líderes (liderança de Lula) tiveram participação incontestável na decisão de voto do eleitor presidencial em 2010.

A influência da liderança de Lula e o papel do personalismo no comportamento eleitoral brasileiro foram discutidos nos trabalhos de Baquero e Samuels. Baquero (2007) defende que a decisão de voto no Brasil é explicada pela proeminência do personalismo, afirmando que os eleitores separaram de forma clara a figura da pessoa de Lula do seu governo.

O contraste entre as constatações deste estudo e as proposições de Baquero se dá, primeiramente, no que tange à conotação negativa que o autor atribui ao lulismo, fenômeno associado segundo o autor, a características negativas do eleitor. Em segundo lugar, por identificar, como Rennó (2010; 2011) já havia demonstrado, que há associação entre a figura de Lula e seu governo; assim também, como foi verificado por Samuels (2004) e confirmado nesta dissertação, que há associação entre Lula e seu partido político, o PT. Finalmente, o resultado das análises aqui realizadas se opõe à tese de Baquero, que nega a relevância da preferência partidária no comportamento do eleitor brasileiro e atribui ao personalismo o principal determinante do voto. O modelo aqui desenvolvido demonstra claramente que a preferência partidária é a variável mais relevante para explicar o voto em Dilma em 2010.

Samuels (2004) identifica a presença do personalismo na política brasileira, mostrando que mesmo entre os petistas ocorre o personalismo em Lula. Mas o autor relativiza afirmando que todos os partidos políticos brasileiros dependem da figura de seu líder, mas isso ocorre com menor intensidade no caso do PT com o Lula. Ele também reconhece a relevância da preferência partidária pelo PT para a explicação do voto em Lula em 2002, o que aproxima o trabalho de Samuels sobre aquelas eleições dos achados deste estudo sobre as eleições de 2010.

No mesmo sentido de Samuels (2004), constata-se que independentemente da histórica e factual presença do personalismo na cultura política brasileira, o Lulismo se difere do tradicional personalismo porque existe um partido forte por trás da pessoa de Lula

que é reconhecido pelos eleitores e também porque juntamente com o papel de liderança que Lula desempenha, o bom desempenho do seu governo é associado à sua imagem.

A relevância da preferência partidária para a explicação do voto no Brasil também foi defendida por autores como Ribeiro, Carreirão e Borba. Carreirão (2007) identifica que os sentimentos partidários – entendendo que sentimentos partidários incluem tanto a preferência partidária quanto a rejeição a partidos políticos – exerceram forte influência nas eleições de 2002 e influência ainda mais forte nas eleições de 2006. As constatações desse capítulo corroboram com a tese de Carreirão (2007) sobre a relevância dos sentimentos partidários.

Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) afirmam que os sentimentos partidários, nas eleições entre 2002 à 2010, exercem influência substantiva tanto sobre as atitudes, quanto sobre a decisão de voto do eleitor, e afirmam ainda que esta influência acontece com ou sem a inclusão da variável avaliação de governo sobre os modelos realizados.

O que difere entre as constatações aqui observadas das proposições de Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) diz respeito ao tratamento dos dados, uma vez que o modelo explicativo aqui elaborado não inclui a variável de rejeição partidária, mas conclui que a preferência partidária realmente importa para a explicação do voto no Brasil na eleição de 2010.

Observa-se, pelo exposto que o voto em Dilma é determinado por uma série de distintos fatores, que encontram abrigo nos argumentos e constatações dos autores de todas as citadas correntes do comportamento eleitoral, porém os testes estatísticos aqui desenvolvidos permitiram apontar para uma prevalência da preferência partidária como a variável mais importante na explicação do voto na eleição de 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se insere no debate travado na ciência política no Brasil sobre comportamento do eleitor brasileiro no século XXI, sobre o Lulismo e sobre o voto na então candidata à presidente Dilma Rousseff na eleição de 2010. Esse debate já ocorre entre importantes autores da literatura especializada brasileira como Rennó, Baquero, Carreirão, Singer e Samuels.

Rennó defende que o voto é retrospectivo e que o Lulismo é a expressão da boa avaliação do governo, do não alinhamento eleitoral e nem tampouco do retorno ao personalismo.

Baquero entende o voto em Lula nas eleições de 2002 e 2006 e o voto em Dilma em 2010 como o claro retorno ao personalismo, afirmando que o Lulismo é um fenômeno pejorativo à democracia brasileira e que o sucesso eleitoral de Lula e Dilma como sua sucessora não se associam ao desempenho do governo.

Carreirão demonstra a relevância da preferência partidária na decisão de voto ao afirmar que “temos partidos fracos como estruturadores de atitudes (de adesão à democracia, igualitarismo, estatismo, tolerância à corrupção e aceitação da censura), mas relativamente fortes na estruturação do comportamento eleitoral” (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p.362).

Singer define o Lulismo como fenômeno de realinhamento ideológico e eleitoral, e que o voto em Dilma é fruto da expressão desse realinhamento que se iniciou após o primeiro governo de Lula quando o subproletariado se aproximou da candidatura de Lula e a classe média se afastou dela.

E Samuels identifica a presença de personalismo na cultura política brasileira, demonstra a dependência que todos os partidos políticos brasileiros possuem em relação às suas lideranças, tal característica é observada inclusive no caso do PT em relação a Lula, mas ressalta uma grande diferença no caso desse partido político que se mostra mais forte por causa de sua trajetória e forma de recrutamento, afirmando que o PT é o único partido brasileiro que detém significativa preferência partidária e também o único partido que tem esta dependência do seu principal líder mais limitada.

Esse estudo se posiciona frente aos principais desafios teóricos e empíricos acerca do comportamento eleitoral. E sem pretender esgotar o assunto, o trabalho chega à conclusão de que a explicação para a tomada de decisão do voto é complexa, tendo como principais

variáveis explicativas as de cunho político e não tanto as variáveis de perfil sócio-econômico.

Entre as variáveis de perfil sócio-econômico que mais chamaram a atenção no modelo proposto estão: a religião, a escolaridade, e a cor, além da questão geográfica. Porém essas variáveis não se apresentaram com tanta força nos testes empíricos quanto aquelas de cunho político, e por esta razão não se aprofundou na influência destas variáveis, mas registra-se aqui a relevância de futuras pesquisas nesse sentido.

A hipótese levantada no presente estudo<sup>23</sup> é confirmada, uma vez que a explicação para o voto em Dilma Rousseff se mostrou complexa contando com elementos explicativos oriundos de correntes diversas. Neste sentido, a explicação para o voto em Dilma se dá pela capacidade de transferência de votos de Lula à sua candidata à sucessão presidencial, em conjunto com o que representou o seu projeto de governo e com a importância da preferência partidária pelo PT, como os principais determinantes do voto em Dilma.

Apesar da democracia no Brasil ter uma história curta, já é possível observarem-se características relativamente estáveis no comportamento do eleitor brasileiro, principalmente se observarmos as eleições no século XXI. Sendo assim, pode-se pensar que, da mesma forma como ocorreu na decisão de voto em Dilma em 2010 e em Lula em 2006 e também em 2002, as eleições presidenciais de 2014 no Brasil, possivelmente, deverão ser decididas por elementos como o desempenho do governo Dilma, a posição do ex-presidente Lula na campanha eleitoral, e também com base na preferência partidária.

---

<sup>23</sup> Hipótese: “O voto em Dilma é explicado por uma combinação complexa entre a avaliação positiva do governo Lula, a preferência partidária pelo PT e o apoio de Lula – que termina seu segundo mandato com grande apoio popular – de forma tal que parece difícil separar o efeito destes elementos explicativos sobre o voto em Dilma Rousseff”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello, GONZALEZ, Rodrigo Stumpf, “Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010”, *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.369-399.

BAQUERO, Marcello. (2007), “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”. *Opinião Pública*, 13 (2):231-259.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 10. Ed. Brasília: UNB, 1997.

CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip, MILLER, Warren & STOKES, Donald. (1960). *The american voter*. New York; London, John Wiley.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva G. *Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 131 a 168.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*.- Florianópolis. Editora da UFSC. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2002. 241p.

CARREIRAO, Yan de Souza. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.307-339.

CARREIRAO, Yan de Souza. *Identificação ideológica e voto para presidente*. *Opin. Publica* [online]. 2002, vol.8, n.1, pp. 54-79. ISSN 0104-6276.

CASTRO, (1994). *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

CASTRO, “Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação”. 2006.

CASTRO, Mônica da Mata Machado de. (1992) *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.20, p.7-19.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

ELKINS, Z. (2000). *Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil*. *Opin. Publica* vol.6 no.1 Campinas Apr. 2000.

FIGUEIREDO, R. “2002: Uma eleição fenomenal”. In: Cadernos Adenauer IV. 2003, nº 1 Eleições e Partidos. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. Abril 2003. pp. 55-80.

LAZARSELD, Paul, BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel. 1965. The people's choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign. 2ª ed. New York, Columbia University Press [versão em espanhol].

LÍCIO, Elaine C; RENNÓ, Lúcio e CASTRO, Henrique C.O. “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.31-54.

MENEGUELLO, R. e BIZARRO NETO, F. A. Política paulista, distribuição de bases eleitorais eo declínio do PMDB (1974-2010), 10/2011, 35o. Encontro Anual da ANPOCS - 2011, Vol. 1, pp.1-3, Caxambu, MG, Brasil, 2011.

MENEGUELLO, Raquel. (1994), “Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político em 1994”, in E. Dagnino (org.), Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense.

MENEGUELLO, Raquel. (1995), “Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Election”. International Social Science Journal, vol. 47, no 4.

PEIXOTO, V. e RENNÓ, L. Mobilidade Social Ascendente e Voto: As Eleições Presidenciais de 2010 no Brasil. Opinião Publica vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011.

REIS, F. W. (Org.). Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F.W. “Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira”. 2000.

RENNÓ, L. e CABELLO, A. As Bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? In REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 25 Nº 74. Outubro 2010.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan e BORBA, Julian. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros”. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.333-368.

SAMUELS, D. (2008) A evolução do petismo (2002-2008). Opinião Pública, vol.14, n.2, pp. 302-318.

SAMUELS, D. (1997) Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997.

SAMUELS, D.,(2004) As Bases do Petismo. Opinião Pública, outubro, año/vol. 10, número 002 Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil pp. 221-241.

SIMÃO, Aziz. “O voto operário em São Paulo”. 1955, São Paulo.

SINGER, A. V. “Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe”. Revista de Economia da PUCSP, v. 4, p. 37-66, 2010.

SINGER, André Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. in: Revista Novos Estudos, Ed. 85, Novembro 2009, p. 82-103 – CEBRAP.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994. I Ed. I. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

TERRON, S. L. e SOARES. G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. In: Opinião Pública, 2010, vol. 16, n.2, pp. 310-337.

TRIOLA, Mario F. “Introdução à Estatística” tradução Vera Regina Lima de Farias e Flores, revisão técnica Ana Maria Lima de Farias. – 10. Ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WATTENBERG, Martin. 1996. The decline of american political parties: 1952-1994. Cambridge, MA: Harvard University Press.

## APÊNDICE 1

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Sexo

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
SEXO	MASCULINO	372 47,2%	521 49,1%	893 48,3%
	FEMININO	416 52,8%	541 50,9%	957 51,7%
Total		788 100,0%	1062 100,0%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 1.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,620 <sup>a</sup>	1	,431		
Continuity Correction <sup>b</sup>	,548	1	,459		
Likelihood Ratio	,620	1	,431		
Fisher's Exact Test				,452	,230
Linear-by-Linear Association	,620	1	,431		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 380,37.

b. Computed only for a 2x2 table

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 2

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Cor da pele

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
COR	NÃO-BRANCO	376 47,7%	675 63,6%	1051 56,8%
	BRANCO	412 52,3%	387 36,4%	799 43,2%
Total		788 100,0%	1062 100,0%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 2.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	46,279 <sup>a</sup>	1	,000		
Continuity Correction <sup>b</sup>	45,635	1	,000		
Likelihood Ratio	46,300	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	46,254	1	,000		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 340,33.

b. Computed only for a 2x2 table

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 3

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Faixa etária

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
FAIXA ETÁRIA	COORTE 1 (de 16 a 31 anos)	277 43,6%	359 56,4%	636 100,0%
	COORTE 2 (de 32 a 47 anos)	243 40,6%	356 59,4%	599 100,0%
	COORTE 3 (48 anos ou mais)	268 43,6%	347 56,4%	615 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 3.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,489 <sup>a</sup>	2	,475
Likelihood Ratio	1,492	2	,474
Linear-by-Linear Association	,000	1	,997
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 255,14.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 4

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Faixa de renda familiar

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
FAIXA DE RENDA FAMILIAR	Até 1 SM	86 32,2%	181 67,8%	267 100,0%
	De 1 a 2 SM	221 41,4%	313 58,6%	534 100,0%
	De 2 a 5 SM	310 44,8%	382 55,2%	692 100,0%
	De 5 a 10 SM	109 47,8%	119 52,2%	228 100,0%
	De 10 a 20 SM	37 49,3%	38 50,7%	75 100,0%
	Mais de 20 SM	8 61,5%	5 38,5%	13 100,0%
	NS/NR	17 41,5%	24 58,5%	41 100,0%
	Total	788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 4.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	19,325 <sup>a</sup>	6	,004
Likelihood Ratio	19,608	6	,003
Linear-by-Linear Association	10,225	1	,001
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,54.

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 5

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Escolaridade

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
ESCOLARIDADE	Analfabeto até Primário incompleto	91 32,6%	188 67,4%	279 100,0%
	Primário completo até ginásio incompleto	205 38,6%	326 61,4%	531 100,0%
	Ginásio completo até colegial incompleto	166 47,6%	183 52,4%	349 100,0%
	Colegial completo até universitário incompleto	263 46,0%	309 54,0%	572 100,0%
	Universitário completo até pós-graduação (ou mais)	63 52,9%	56 47,1%	119 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 5.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,229 <sup>a</sup>	4	,000
Likelihood Ratio	26,467	4	,000
Linear-by-Linear Association	22,498	1	,000
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50,69.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 6

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Religião

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
RELIGIÃO	CATÓLICO	468 40,6%	684 59,4%	1152 100,0%
	EVANGÉLICO	194 48,7%	204 51,3%	398 100,0%
	ATEU/ AGNÓSTICO/ NÃO TEM RELIGIÃO	72 40,9%	104 59,1%	176 100,0%
	OUTRAS RELIGIÕES	54 43,5%	70 56,5%	124 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 6.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,233 <sup>a</sup>	3	,041
Likelihood Ratio	8,182	3	,042
Linear-by-Linear Association	1,297	1	,255
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 52,82.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 7

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Zona da residência

	VOTO DILMA		Total
	NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
ZONA RURAL	91 35,0%	169 65,0%	260 100,0%
ZONA URBANA	697 43,8%	893 56,2%	1590 100,0%
Total	788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 7.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	7,136 <sup>a</sup>	1	,008		
Continuity Correction <sup>b</sup>	6,779	1	,009		
Likelihood Ratio	7,256	1	,007		
Fisher's Exact Test				,008	,004
Linear-by-Linear Association	7,132	1	,008		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 110,75.

b. Computed only for a 2x2 table

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 8

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Região brasileira

		VOTO DILMA		Total
		NÃO DILMA	VOTOU VOTOU DILMA	
REGIÃO BRASILEIRA	NORTE	61 45,9%	72 54,1%	133 100,0%
	NORDESTE	156 30,6%	353 69,4%	509 100,0%
	CENTRO-OESTE	69 51,1%	66 48,9%	135 100,0%
	SUDESTE	353 44,5%	441 55,5%	794 100,0%
	SUL	149 53,4%	130 46,6%	279 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 8.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	48,757 <sup>a</sup>	4	,000
Likelihood Ratio	49,588	4	,000
Linear-by-Linear Association	23,878	1	,000
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 56,65.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 9

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Avaliação do Governo Lula

		VOTO DILMA		Total
		NÃO DILMA	VOTOU VOTOU DILMA	
AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA	AVALIAÇÃO POSITIVA	672 85,3%	1049 98,8%	1721 93,0%
	AVALIAÇÃO NEGATIVA	101 12,8%	12 1,1%	113 6,1%
	NS/NR	15 1,9%	1 ,1%	16 ,9%
Total		788 100,0%	1062 100,0%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 9.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	127,140 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	137,380	2	,000
Linear-by-Linear Association	118,302	1	,000
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,82.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 10

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Preferência partidária

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
PARTIDO	PT	55 7,0%	464 43,7%	519 28,1%
	PSDB	131 16,6%	12 1,1%	143 7,7%
	NENHUM/ OUTROS PARTIDOS	602 76,4%	586 55,2%	1188 64,2%
Total		788 100,0%	1062 100,0%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 10.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	389,520 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	443,920	2	,000
Linear-by-Linear Association	153,780	1	,000
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 60,91.

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 11

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Voto em Lula na eleição anterior - 2006

		VOTO DILMA		Total
		NÃO DILMA	VOTOU DILMA	
VOTOU EM LULA EM 2006 (2º TURNO)?	NÃO VOTOU LULA - 2006	437 55,5%	188 17,7%	625 33,8%
	VOTOU LULA - 2006	351 44,5%	874 82,3%	1225 66,2%
Total		788 100,0%	1062 100,0%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 11.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	288,232 <sup>a</sup>	1	,000		
Continuity Correction <sup>b</sup>	286,546	1	,000		
Likelihood Ratio	291,898	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	288,076	1	,000		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 266,22.

b. Computed only for a 2x2 table

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 12

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Participa do Programa Bolsa Família

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
PARTICIPA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	NÃO	695 44,8%	855 55,2%	1550 100,0%
	SIM	93 31,0%	207 69,0%	300 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.  
Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 12.1

### Testes de Chi-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	19,686 <sup>a</sup>	1	,000		
Continuity Correction <sup>b</sup>	19,124	1	,000		
Likelihood Ratio	20,242	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	19,676	1	,000		
N of Valid Cases	1850				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 127,78.

b. Computed only for a 2x2 table

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

## APÊNDICE 13

### Cruzamento entre as variáveis: Voto em Dilma e Candidato que representa a maneira de pensar

		VOTO DILMA		Total
		NÃO VOTOU DILMA	VOTOU DILMA	
CANDIDATO QUE REPRESENTA A MANEIRA DE PENSAR	DILMA	34 5,2%	614 94,8%	648 100,0%
	JOSÉ SERRA	343 92,0%	30 8,0%	373 100,0%
	MARINA	124 54,1%	105 45,9%	229 100,0%
	OUTROS CANDIDATOS	8 44,4%	10 55,6%	18 100,0%
	NENHUM CANDIDATO	279 47,9%	303 52,1%	582 100,0%
Total		788 42,6%	1062 57,4%	1850 100,0%

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.

**APÊNDICE 13.1**  
**Testes de Chi-Quadrado**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	760,680 <sup>a</sup>	4	,000
Likelihood Ratio	902,107	4	,000
Linear-by-Linear Association	103,599	1	,000
N of Valid Cases	1850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,67.

**Fonte: ESEB 2010.**

**Elaborado pela autora.**

**APÊNDICE 14 – REGRESSÃO BINÁRIA LOGÍSTICA DO BANCO DE DADOS ESEB 2002**

VARIÁVEL	VARIÁVEL/CATEGORIA	BANCO ESEB 2002		
		B	Sig.	Exp(B)
<b>GÊNERO</b>	SEXO FEMININO	-,146	,231	,864
<b>COR</b>	COR BRANCA	-,561	,004	,570
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	COORTE 1 (de 16 a 31 anos)	Referência		
	COORTE 2 (de 32 a 47 anos)	-,014	,929	,987
	COORTE 3 (de 48 anos ou mais)	-,348	,046	,706
<b>RENDA FAMILIAR (Salário Mínimo = R\$200,00)</b>	até 1 Salário Mínimo	Referência		
	de 01 a 02 SM	-,108	,559	,897
	de 02 a 05 SM	,132	,448	1,141
	de 05 a 10 SM	-,294	,144	,746
	de 10 a 20 SM	-,408	,149	,665
	mais de 20 SM	-,538	,065	,584
<b>ESCOLARIDADE</b>	ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	Referência		
	PRIMÁRIO COMPLETO À GINÁSIO INCOMPLETO	-,477	,059	,620
	GINÁSIO COMPLETO À COLEGIAL INCOMPLETO	-,534	,050	,586
	COLEGIAL COMPLETO À UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO	-,790	,004	,454
	UNIVERSITÁRIO COMPLETO OU MAIS.	-,123	,690	,884
<b>RELIGIÃO</b>	CATÓLICA	Referência		
	EVANGÉLICA	-,128	,446	,880
	ATEU/ SEM RELIGIÃO	,108	,661	1,114
<b>REGIÃO BRASILEIRA</b>	SUDESTE	Referência		
	NORTE	-,327	,286	,721
	NORDESTE	,226	,153	1,253
	CENTRO-OESTE	-,205	,411	,815
	SUL	-,189	,304	,828
<b>AVALIAÇÃO DO GOVERNO</b>	AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FHC	-,971	,000	,379
<b>PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA</b>	PT	1,730	,000	5,641
	PSDB	-1,482	,000	,227
<b>VOTO ELEIÇÃO ANTERIOR</b>	VOTOU LULA EM 1998	1,713	,000	5,545
<b>SIMPATIA LULA</b>	AVALIAÇÃO POSITIVA DA PESSOA DE LULA	2,065	,000	7,883
	Constant	,350	,267	1,420

Chi-square 9,504

df 8

Sig. ,302

Fonte: ESEB 2002.

Elaborado pela autora.

**APÊNDICE 15 – REGRESSÃO BINÁRIA LOGÍSTICA DO BANCO DE DADOS ESEB 2006**

VARIÁVEL	CATEGORIA	BANCO ESEB 2006		
		B	Sig.	Exp(B)
<b>GÊNERO</b>	SEXO FEMININO	-,385	,092	,681
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	COORTE 1 (de 16 a 31 anos)	Referência		
	COORTE 2 (de 32 a 47 anos)	,292	,293	1,338
	COORTE 3 (de 48 anos ou mais)	-,210	,537	,810
<b>FAIXA DE RENDA (EM R\$)</b>	ATÉ 260	Referência		
	DE 260 A 520	,778	,057	2,178
	DE 520 A 1300	,216	,540	1,241
	DE 1300 A 2600	-,359	,390	,698
	DE 2600 A 5200	-,337	,593	,714
	DE 5200 MAIS	-,042	,976	,959
<b>ESCOLARIDADE</b>	ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	Referência		
	PRIMÁRIO COMPLETO À GINÁSIO INCOMPLETO	-,473	,191	,623
	GINÁSIO COMPLETO À COLEGIAL INCOMPLETO	-,485	,243	,616
	COLEGIAL COMPLETO À UNIVERSTÁRIO INCOMPLETO	-,914	,028	,401
	UNIVERSITÁRIO COMPLETO OU MAIS.	-1,378	,034	,252
<b>RELIGIÃO</b>	CATÓLICA	,441	,069	1,554
<b>REGIÃO BRASILEIRA</b>	SUDESTE	Referência		
	NORTE	,822	,139	2,276
	NORDESTE	,601	,047	1,823
	CENTRO-OESTE	,041	,924	1,042
	SUL	-,962	,004	,382
<b>AVALIAÇÃO DO GOVERNO</b>	AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO LULA	2,879	,000	17,796
<b>PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA</b>	PT	1,579	,009	4,848
	PSDB	-1,463	,009	,232
<b>VOTO ELEIÇÃO ANTERIOR</b>	VOTOU LULA EM 2002	1,994	,000	7,344
	Constant	-2,094	,000	,123

Chi-square 14,997

df 8

Sig. ,059

**Fonte: ESEB 2006.**

**Elaborado pela autora.**

**APÊNDICE 16 – REGRESSÃO BINÁRIA LOGÍSTICA DO BANCO DE DADOS ESEB 2010**

VARIÁVEL	CATEGORIA	BANCO ESEB 2002		
		B	Sig.	Exp(B)
<b>GÊNERO</b>	SEXO FEMININO	,024	,841	1,024
<b>COR</b>	COR BRANCA	-,413	,001	,661
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	COORTE 1 (de 16 a 31 anos)	Referência		
	COORTE 2 (de 32 a 47 anos)	-,014	,924	,986
	COORTE 3 (de 48 anos ou mais)	-,155	,344	,856
<b>RENDA FAMILIAR (Salário Mínimo = R\$520,00)</b>	até 1 Salário Mínimo	Referência		
	de 01 a 02 SM	-,103	,577	,903
	de 02 a 05 SM	,069	,712	1,071
	de 05 a 10 SM	,278	,259	1,320
	de 10 a 20 SM	,094	,784	1,099
	mais de 20 SM	Omitida		
<b>ESCOLARIDADE</b>	ANALFABETO ATÉ PRIMÁRIO INCOMPLETO	Referência		
	PRIMÁRIO COMPLETO À GINÁSIO INCOMPLETO	-,188	,331	,828
	GINÁSIO COMPLETO À COLEGIAL INCOMPLETO	-,345	,119	,708
	COLEGIAL COMPLETO À UNIVERSTÁRIO INCOMPLETO	-,239	,270	,788
	UNIVERSITÁRIO COMPLETO OU MAIS.	-,662	,031	,516
<b>RELIGIÃO</b>	CATÓLICA	Referência		
	EVANGÉLICA	-,400	,006	,670
	ATEU/ SEM RELIGIÃO	,309	,134	1,362
<b>ZONA</b>	ZONA URBANA	-,203	,265	,817
<b>REGIÃO BRASILEIRA</b>	SUDESTE	Referência		
	NORTE	-,064	,781	,938
	NORDESTE	,240	,125	1,272
	CENTRO-OESTE	-,482	,030	,617
	SUL	-,299	,089	,741
<b>AValiação DO GOVERNO</b>	AVAlIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO LULA	1,764	,000	5,837
<b>PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA</b>	PT	1,852	,000	6,371
	PSDB	-2,121	,000	,120
<b>VOTO ELEIÇÃO ANTERIOR</b>	VOTOU LULA EM 2006	1,386	,000	3,997
<b>BOLSA FAMÍLIA</b>	É BENEFICIÁRIO DO BOLSA_FAMÍLIA	,110	,523	1,116
	CONSTANT	-1,884	,000	,152

Chi-square 12,167

df 8

Sig. ,144

Fonte: ESEB 2010.

Elaborado pela autora.